

RELATÓRIO ANUAL 2014


FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS



Fundação Francisco Manuel dos Santos

Largo Monterroio Mascarenhas, 1 – 8.º
1099-081 Lisboa
NIF: 508 867 380
Telf: 21 001 58 00
ffms@ffms.pt

Título: Fundação Francisco Manuel dos Santos – Relatório Anual 2014

Revisão de texto: Isabel Branco

Design: O Escritório

Ilustrações: Meninos da escola “O Parque”

Paginação: Guidesign

© FFMS, Julho 2015

Impressão: Guide Artes Gráficas, Lda.



A Fundação Francisco Manuel dos Santos faz 5 anos.
Assim, o nosso relatório deste ano
é ilustrado por gente da nossa idade.




FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS



ÍNDICE

1. Relatório de Actividades

- 7 1. Introdução
- 10 2. Órgãos Sociais
- 11 3. Informação Interna
- 12 4. Participação no CPF
- 12 5. Gestão Operacional
- 13 6. Coordenação Científica
- 19 7. *Sites* da Fundação
- 26 8. Publicações da Fundação
- 27 9. A Fundação nos Média
- 30 10. A Fundação nas Redes Sociais
- 30 11. Audiovisual e Multimédia
- 32 12. Encontro “Presente no Futuro”
- 35 13. Relatório financeiro 2014
- 36 14. Perspectivas para 2015

FRU
MANUEL
CITUS



2. Relatório de Contas

- 39 Balanço
- 40 Demonstração dos resultados por natureza
- 41 Demonstração dos fluxos de caixa
- 42 Anexo

3. Anexos

- 65 Anexo I, Carta de Princípios
- 66 Anexo II, Código de Boas Práticas
- 74 Anexo III, Princípios de Funcionamento
- 77 Anexo IV, Declaração de Utilidade Pública de 2010 e Ratificação de 2013
- 79 Anexo V, Programa de Actividades 2014-2016
- 89 Anexo VI, Organização Científica da Fundação
- 91 Anexo VII, Novo Organigrama da Fundação
- 92 Anexo VIII, Procedimentos para a Avaliação de Actividades da Fundação
- 93 Anexo IX, Audiovisual e Multimédia na FFMS
- 97 Anexo X, Estratégia de Internacionalização
- 99 Anexo XI, Protocolos e Parcerias em Vigor
- 101 Anexo XII, Órgãos Sociais da FFMS, Novembro 2013-Abril 2014
- 102 Anexo XIII, Órgãos Sociais da FFMS, desde Junho 2014
- 103 Anexo XIV, Pordata, Acções de Formação
- 105 Anexo XV, Vendas Acumuladas dos Ensaio da Fundação, 2010-2014
- 108 Anexo XVI, Vendas Acumuladas dos “Retratos da Fundação”, 2014
- 109 Anexo XVII, Revista XXI, Corpo Editorial
- 110 Anexo XVIII, Vendas Acumuladas da Revista XXI, 2011-2014

LIVROS



FUNDAMENTOS



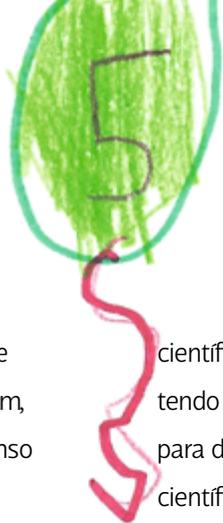


1. Introdução

A Fundação Francisco Manuel dos Santos completou cinco anos de vida em Fevereiro de 2014. Fechou pois um primeiro ciclo de lançamento de ideias e projectos, de criatividade e inovação, com o objectivo de cumprir a missão de estudar, discutir e desafiar a sociedade portuguesa. Sendo uma experiência largamente inédita em Portugal, a Fundação Francisco Manuel dos Santos procurou dar-se a conhecer e promover uma reflexão sobre Portugal, nas mais variadas formas, com um elevado padrão de qualidade. Foi um primeiro ciclo liderado pelo seu primeiro Presidente, *António Barreto*, que pela independência do seu carácter e o seu rigor científico contribuiu de forma decisiva para que a Fundação Francisco Manuel dos Santos granjeasse o respeito e o reconhecimento de todos os portugueses.

Iniciou-se assim, em 2014, um segundo ciclo de vida da Fundação. Este novo ciclo abriu um período de consolidação da actividade fundacional e de concentração dos seus recursos em projectos fundamentais para a sociedade e a economia portuguesa. Pode-se dizer que, para isso, a Fundação contou com a formalização de um processo interno de mudança, nomeadamente,

os novos Estatutos, aprovados em 2013 pelo Conselho de Curadores e homologados pela Presidência do Conselho de Ministros em Janeiro de 2014, a Carta de Princípios, aprovada pelo Conselho de Curadores em 2009 (*Anexo I, Carta de Princípios*), o Código de Boas Práticas, aprovado pelos Conselhos de Administração e de Curadores em 2013 (*Anexo II, Código de Boas Práticas*), os Princípios de Funcionamento, assinados pelos Presidentes dos Conselhos de Curadores e de Administração em Março de 2014 (*Anexo III, Princípios de Funcionamento*), e o Regulamento Interno do Conselho de Administração e da Comissão Executiva do Conselho de Administração, aprovado pelo Conselho de Administração em Fevereiro de 2014. A Utilidade Pública da Fundação, reconhecida em 2010, foi confirmada em 2013, após publicação da nova Lei das Fundações (*Anexo IV, Declaração de Utilidade Pública de 2010 e Ratificação de 2013*). Nos termos dos novos Estatutos, foram eleitos novos órgãos sociais, entrando em funções o segundo Presidente do Conselho de Administração da Fundação, *Nuno Garoupa*, a 1 de Maio de 2014, por decisão do Conselho de Curadores. Para este



segundo ciclo da FFMS, os Conselhos de Administração e de Curadores aprovaram, no primeiro semestre de 2014, um extenso e ousado programa de actividades para 2014-2016. O dito documento assenta em quatro vectores importantes: concentrar, continuar, aprofundar e inovar. A FFMS pretende concentrar o esforço científico em temas transversais que possam dar a máxima difusão ao seu trabalho. Ao mesmo tempo, os órgãos sociais aprovaram a necessidade de prosseguir e aprofundar as actuais valências da Fundação, sendo sujeitas a avaliações internas e externas quando assim for julgado adequado. O programa aponta ainda para a inovação na perspectiva de profissionalizar a gestão e internacionalizar a actividade da Fundação (Anexo V, *Programa de Actividades 2014-2016*). Com o objectivo de cumprir o ambicioso programa de actividades para 2014-2016 e dotar a Fundação de uma nova estrutura científica, de alta qualidade e prestígio nacional e internacional, os Conselhos de Administração e de Curadores aprovaram, no segundo semestre de 2014, a nova organização científica. Desta forma, foi criado o cargo de director científico da Fundação com a responsabilidade pela gestão corrente

científica e a coordenação de projectos, tendo sido escolhido *Pedro Magalhães* para desempenhar essas funções. As áreas científicas da FFMS já existentes no passado foram reorganizadas e seleccionados os respectivos coordenadores, que reportam directamente ao director científico: Políticas Sociais (*Pedro Pita Barros*), Estado e Sistema Político (*Pedro Magalhães* em regime de acumulação com a direcção científica), Desenvolvimento e Crescimento Económico (*Susana Peralta*), Conhecimento (*Carlos Fiolhais*), e População (*Maria João Valente Rosa*). A nova estrutura científica estava já em pleno funcionamento no final de 2014 (Anexo VI, *Organização Científica da Fundação*).

Quanto à estrutura operacional, com a eleição da nova Comissão Executiva em Setembro de 2014, foi criada a direcção geral (a cargo do administrador executivo *David Lopes*) que liderou um processo interno de reestruturação dos colaboradores da Fundação. Este processo esteve concluído no final do ano (Anexo VII, *Novo Organigrama da Fundação*).

Três pilares essenciais da actividade da Fundação mereceram especial atenção dos órgãos sociais ao longo de 2014: avaliação

interna e externa das suas contribuições para o cumprimento da missão fundacional, estratégia de comunicação audiovisual e internacionalização da Fundação.

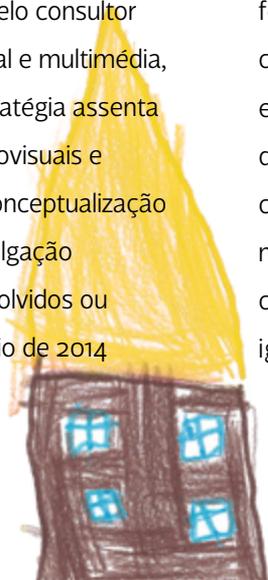
O Conselho de Administração aprovou, no primeiro trimestre de 2014, a metodologia e procedimentos para a avaliação de actividades da Fundação que consagra o princípio das auditorias internas e externa (*Anexo VIII, Procedimentos para a Avaliação de Actividades da Fundação*). Nesse sentido, foram criados grupos de trabalho externos à Fundação para avaliar a Revista XXI (concluída em Fevereiro de 2014) e o Encontro “Presente no Futuro” (concluído em Janeiro de 2015). Esta metodologia será aplicada a outras áreas da Fundação ao longo de 2015.

A nova estratégia de audiovisual foi aprovada em Dezembro de 2014, pelo Conselho de Administração, com base num documento preparado pelo consultor permanente para o audiovisual e multimédia, *António Borga*. Esta nova estratégia assenta na integração dos meios audiovisuais e multimédia logo na fase de conceptualização dos novos projectos e na divulgação rápida dos conteúdos desenvolvidos ou contratualizados antes de Maio de 2014

(*Anexo IX, Audiovisual e Multimédia na FFMS*). Este último objectivo será cumprido no primeiro trimestre de 2015.

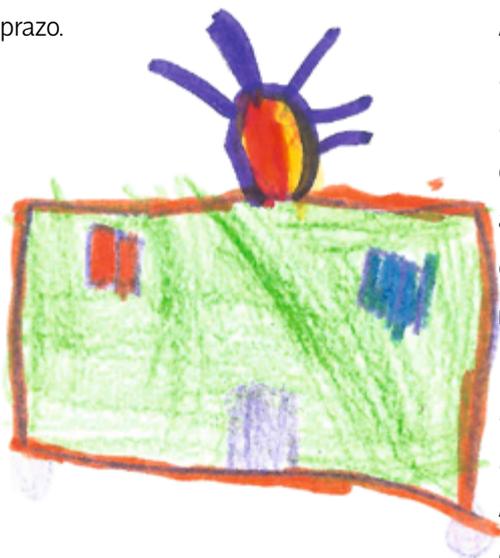
Os órgãos sociais da Fundação aprovaram ainda, no final do ano, um novo documento delineando a estratégia de internacionalização da FFMS que se encontra já em fase de implementação (*Anexo X, Estratégia de Internacionalização*).

Em 2014, a Fundação continuou a desenvolver o seu programa de protocolos e convénios com outras instituições (*Anexo XI, Protocolos e Parcerias em Vigor*). Em jeito de conclusão, podemos dizer que, ao longo de 2014, a Fundação procedeu a um conjunto alargado de reformas internas por forma a capacitar a instituição para um novo ciclo de consolidação sustentável. Enquanto o desafio do Conselho de Administração cessante foi dar saída a um novo projecto num contexto económico e político complexo, entrámos agora numa fase de maturação que permite à Fundação aproveitar a curva de aprendizagem e lançar-se em novos projectos com menor risco e maior capacidade de intervenção. Importa igualmente reconhecer as mudanças



no contexto económico e político que se adivinham para o triénio 2014-2016 e saber dotar a Fundação de capacidade de resposta a novas situações.

Renovar é uma prioridade tendo em vista que o próximo triénio será inevitavelmente muito diferentes dos últimos anos. E não menos importante, neste contexto, a Fundação tem de orientar-se por uma restrição orçamental e por uma estrutura orgânica que lhe permita sustentabilidade a longo prazo.



2. Órgãos Sociais

Em cumprimento da nova Lei das Fundações e dos novos Estatutos da Fundação, foram alterados os corpos sociais da Fundação com data de 21 de Novembro de 2013 por designação do Presidente do Conselho de Curadores (*Anexo XII, Órgãos Sociais da FFMS, Novembro 2013-Abril 2014*). Com a saída do primeiro Presidente do Conselho de Administração da Fundação, *António Barreto*, e a entrada do novo Presidente, *Nuno Garoupa*, alterou-se a composição do Conselho de Administração. Para além do novo Presidente do Conselho de Administração, o Conselho de Curadores nomeou três novos administradores, *Jaime Gama*, *Maria Manuel Leitão Marques* e *David Lopes* (*Anexo XIII, Órgãos Sociais da FFMS, desde Junho 2014*). Os Conselhos de Administração e de Curadores agradeceram o magnífico trabalho feito e o excelente legado deixado pelo presidente cessante. A Comissão Executiva durante o ano de 2014 teve três composições distintas. Eleita em Dezembro de 2013, a primeira Comissão Executiva foi presidida por *António Barreto* sendo administradores executivos *António Araújo* (director de publicações) e *Nuno Garoupa* (gestão

operacional e financeira). A segunda Comissão Executiva foi eleita em Junho de 2014, presidida por *Nuno Garoupa*, sendo administradores executivos António Araújo (director de publicações e representante da FFMS na Direcção do Centro Português de Fundações) e *José Soares dos Santos* (gestão operacional e financeira). A terceira Comissão Executiva, eleita em Setembro de 2014, presidida por *Nuno Garoupa*, sendo administradores executivos António Araújo (director de publicações e representante da FFMS na Direcção do Centro Português de Fundações) e *David Lopes* (director geral). O Conselho de Administração agradeceu a generosidade e o empenho dos membros cessantes da Comissão Executiva. Em Setembro de 2014, a Comissão Executiva decidiu a integração na equipa executiva *ex officio*, o director científico da Fundação, *Pedro Magalhães*. As relações com a família Fundadora desenrolaram-se em 2014, como é tradição, da melhor forma. Em especial, o Conselho de Administração tem obtido do Fundador e Presidente do Conselho de Curadores, toda a colaboração desejada e todo o apoio necessário no absoluto respeito pela independência e actuação dos corpos sociais.

3. Informação Interna

A Comissão Executiva do Conselho de Administração assumiu como preocupação em 2014 informar exhaustivamente os órgãos sociais sobre as actividades correntes da Fundação, incluindo as suas actas que são distribuídas a todos os membros dos Conselhos de Administração e Curadores desde Dezembro de 2013. Com o objectivo de envolver de forma mais continuada os corpos sociais e disseminar melhor internamente a informação sobre as actividades da Fundação, foram dados vários passos importantes ao longo de 2014. Primeiro, logo no início do ano, foi lançada uma *newsletter* mensal distribuída aos corpos sociais e à família Fundadora a que acresce um relatório mensal de gestão e actividades. Em segundo lugar, o agendamento de apresentações públicas da Fundação passou a ser coordenado com os corpos sociais (por exemplo, os administradores não executivos têm acedido prontamente às solicitações da equipa executiva para apresentar ensaios ou retratos da Fundação). Finalmente, foram instituídos os almoços informais mensais com os administradores e curadores para discussão de novas propostas de projectos ou actividades.

4. Participação no CPF

A designação da FFMS para integrar a Direcção do Centro Português de Fundações (CPF) significa o reconhecimento da acção desenvolvida pela Fundação nos seus primeiros anos de existência e constitui um sinal inequívoco da credibilidade conquistada pela instituição no âmbito do sector fundacional português.

A participação da FFMS na Direcção do CPF, assegurada por *António Barreto* e, posteriormente, pelo administrador executivo *António Araújo*, tem permitido acompanhar de perto as actividades daquele Centro, contribuindo de forma decisiva para o aprofundamento do diálogo com instituições congéneres.

Ao longo do corrente ano, esta acção implicou, designadamente, a participação nas reuniões ordinárias e extraordinárias da Direcção do CPF, o acompanhamento das transformações verificadas no quadro legislativo regulador do sector fundacional e, bem assim, das actividades de cooperação nacional e internacional levadas a cabo pelo CPF. A Fundação Francisco Manuel dos Santos sublinha a relevância do Centro Português de Fundações e, neste ensejo, enaltece o trabalho desenvolvido pelos seus órgãos sociais, permitindo-se destacar a Direcção do CPF.

5. Gestão Operacional

Ao aprovar o programa de actividades para 2014-2016, o Conselho de Administração definiu a profissionalização da gestão da Fundação como uma mudança fundamental a concretizar durante o ano de 2014. O primeiro passo foi dado com a nomeação de uma nova Comissão Executiva, empossada em Setembro de 2014. Ao mesmo tempo foi criada a função de director geral da Fundação (administrador executivo *David Lopes*) com os pelouros dos recursos humanos, gestão financeira e operacional, e coordenação dos vários serviços da Fundação.

O novo organigrama da Fundação foi aprovado no final do ano (*Anexo VII, Novo Organigrama da Fundação*). Este novo desenho institucional cumpre os objectivos de profissionalização, reestruturação, coordenação, integração e racionalização decididos pelos Conselhos de Administração e Curadores. Existem agora três áreas operacionais: conteúdos (*Isabel Vasconcelos*, coordenadora; *Mónica Vieira*, *Maria Ferreira* em regime de acumulação com assessoria jurídica); *marketing* e eventos (*Teresa Mourão Ferreira*, coordenadora; *Diana Aguiar*, *Joana Vicente Pinto*); comercial (*Susana Norton*, coordenadora). Junto à Comissão

Executiva, funciona a assistente executiva da Administração (*Isabel Bernardes*), assessoria de IT, processos e sistemas (*Rui Pimentel*), assessoria de imprensa (*Ana Filipa Rego*) e assessoria financeira (*José Quinta*).

O espaço físico da Fundação foi reorganizado em consonância.

No oitavo andar estão agora localizados os gabinetes do Presidente do Conselho de Administração, dos vogais da Comissão Executiva, do director científico, do assessor financeiro e da assistente executiva da Administração, num total de cinco gabinetes. Os restantes colaboradores da Fundação continuaram no *open space* do oitavo andar do Largo Monterroio Mascarenhas, 1.

O Conselho de Administração aprovou ainda no primeiro semestre de 2014 um conjunto de indicações para a gestão de recursos humanos que serão implementadas ao longo de 2015, nomeadamente a concretização de objectivos individuais, os procedimentos para a avaliação anual dos recursos humanos e o programa de formação pessoal.

Durante o ano de 2014, o director geral da Fundação foi responsável pelo relatório mensal de gestão e actividades. Este relatório assegura a transparência operacional e a informação pontualmente distribuída aos órgãos sociais e à família Fundadora.

A seu pedido, saíram da Fundação durante o ano de 2014, as colaboradoras *Filipa Dias* e *Margarida Vaqueiro Lopes* que mereceram os maiores elogios e agradecimentos do Conselho de Administração.

6. Coordenação Científica

A coordenação científica da Fundação Francisco Manuel dos Santos, encarregada de promover estudos e investigações sobre a sociedade portuguesa, foi reestruturada neste ano de 2014, nos termos já enunciados, isto é, passou a estar dividida em cinco áreas distintas, cada uma com o seu coordenador. A coordenação geral é da responsabilidade do director científico da Fundação, *Pedro Magalhães*.

a) Conhecimento

A área de Conhecimento, coordenada por *Carlos Fiolhais*, resulta da fusão dos programas de Educação (criado em 2010) e da Ciência e Inovação (criado em 2011), abrangendo ainda o tema da Cultura. Esta área é apoiada por dois conselhos temáticos, o Conselho da Educação, que reuniu em Fevereiro e Novembro,



e o Conselho da Ciência e Inovação, que reuniu em Dezembro. Estas reuniões marcaram o final de um ciclo de trabalho extremamente produtivo, em que os conselhos opinaram sobre o programa de trabalhos e avaliaram todos os projectos e estudos em curso.

O *Mês da Educação* da FFMS, realizado entre 15 de Outubro e 13 de Novembro, foi uma das iniciativas mais relevantes da área neste ano. Esta iniciativa, concebida para concentrar a atenção dos diferentes públicos em torno dos vários estudos concluídos em 2013 e 2014, integrou também as conferências do ciclo “Questões-chave da Educação”. Estas conferências tiveram como temas “A inclusão nas escolas” e “Acesso ao Ensino Superior”, com a participação de especialistas nacionais (*David Rodrigues* e *Carla Sá*) e internacionais (*Felicity Armstrong* e *Claire Callender*). Além disso, durante o “Mês da Educação”, foram apresentados quatro estudos promovidos pela FFMS: “A Ciência na Educação Pré-Escolar”, “Literatura e Ensino do Português”, “Ensino da Leitura no 1.º Ciclo do Ensino Básico” e “Os Tempos na Escola – estudo das cargas horárias em Portugal e noutros países”. Estas iniciativas contaram com um total de cerca de mil

participantes presenciais, e as conferências foram transmitidas em directo *online*. Todos estes eventos tiveram também publicações associadas. Tal como sucede com as restantes áreas da FFMS, as publicações decorrentes dos diferentes estudos encontram-se disponíveis para descarga gratuita na página *web* da Fundação. Entre Outubro e Dezembro foram efectuados mais de dois mil *downloads* de estudos da área da Educação.

Para além do “Mês da Educação”, a área de Conhecimento promoveu outras iniciativas em 2014:

– A publicação do conjunto de livros *A Sala de Aula* e *Diários da Sala de Aula*, de *Maria Filomena Mónica*, com apresentação no Centro Cultural de Belém e grande aceitação do público interessado em educação. No final do ano, foi ainda editado, numa versão disponível exclusivamente *online*, o volume *Mais Diários da Sala de Aula*, fechando o conjunto de três publicações sobre o tema.

– A conferência “Ciência, Cultura e Inovação” que contou com sete oradores, dos quais se destacaram o Nobel de Medicina *Sir Paul Nurse*, presidente da *Royal Society*, e *João Lobo Antunes*. Esta conferência, realizada na Universidade de Lisboa e integrada num ciclo

de conferências públicas sobre os temas da Ciência e Inovação iniciado em 2013, contou com 220 participantes, obtendo uma significativa projecção mediática, dada a actualidade do tema.

– Em Setembro, a propósito do livro *Inovação em Portugal* de Manuel Mira Godinho, foi promovido um debate em parceria com o ISEG sobre o mesmo tema, com as participações de António Campinos, Gonçalo Quadros, Jaime Andrez e do autor do livro.

– Finalmente, dando continuidade ao projecto das chamadas “micro-conferências”, concebidas para promover a difusão de conteúdos relativos às conferências do ciclo “Questões-chave da Educação”, foram organizados três destes eventos: em Maio, na Escola Secundária José Falcão, em Coimbra; em Novembro, na Escola Secundária de Rio Maior; e em Dezembro, na Escola Básica e Secundária de Gama Barros, no Cacém. No seu conjunto, estas iniciativas contaram com a presença de cerca de 200 participantes, entre encarregados de educação, alunos, professores e outros membros da comunidade educativa. Algumas destas actividades e publicações foram divulgadas não apenas através dos meios tradicionalmente utilizados mas também através de *newsletter*

da Porto Editora e de uma parceria com o *Observador*. Foram também feitos contactos com várias associações sócio-profissionais do sector educativo, para partilha de informação e divulgação dos estudos da Fundação.

b) População

A área de População, coordenada por Maria João Valente Rosa, sucede ao programa “População e Demografia”, e incide sobre as questões relativas aos movimentos das populações e a sua evolução demográfica numa perspectiva social, económica e geográfica. A FFMS tem-se debruçado sobre esta temática desde a sua origem, tendo realizado não apenas um conjunto de estudos inovadores mas também o 1.º encontro Presente no Futuro (“Os Portugueses em 2030”).

Em Julho de 2014 realizou-se um seminário em torno do projecto “A Fecundidade em Portugal”, coordenado por Maria Filomena Mendes e baseado no Inquérito à Fecundidade realizado em 2013. O principal objectivo deste projecto é a caracterização exhaustiva dos actuais comportamentos de fecundidade na sociedade portuguesa. No seminário de Julho foram apresentados e debatidos os primeiros resultados do estudo, reunindo um conjunto

de especialistas na área de Demografia, da Estatística, da Economia e da Sociologia da Família. O estudo encontra-se agora em fase de conclusão, prevendo-se o seu lançamento no final do ano de 2015. Além disso, ao abrigo do protocolo com o Instituto do Envelhecimento, foi concluído o estudo “Dinâmicas de Envelhecimento”, liderado por *Manuel Villaverde Cabral* e coordenado por *Mário Leston Bandeira*. Este estudo foi editado em 2014 e a apresentação dos resultados será efectuada na homenagem a *Mário Leston Bandeira*, prevista para o primeiro trimestre de 2015.

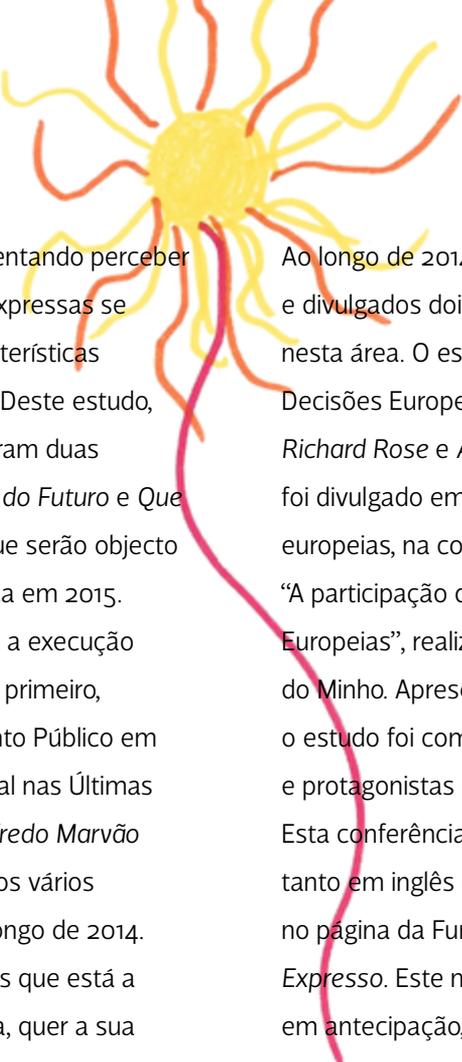
c) Políticas Sociais

A área de Políticas Sociais sucede aos programas “A Questão Social” e “Saúde”, sendo coordenada desde Julho de 2014 por *Pedro Pita Barros*. A FFMS não concluiu estudos nesta área de trabalho durante o ano de 2014. Contudo, deu-se início, neste ano, a um novo projecto: “Desigualdades em Portugal”, dirigido por *Carlos Farinha Rodrigues*. Actualizando o estudo anterior sobre a mesma temática promovido pela FFMS, este novo estudo incide sobre os efeitos do período de ajustamento nos indicadores de desigualdade e pobreza e inclui componentes de comparação

internacional, de identificação dos principais factores explicativos da desigualdade, de análise da associação entre desigualdade na distribuição pessoal do rendimento e desigualdade salarial e de avaliação dos impactos redistributivos das políticas fiscal e social. Apesar de só se prever a sua conclusão em 2016, este estudo terá uma divulgação preliminar de dados e resultados durante o ano de 2015.

d) Desenvolvimento Económico

A área de Desenvolvimento Económico sucede ao programa “Desenvolvimento”, sendo coordenada desde Julho de 2014 por *Susana Peralta*. Durante o ano de 2014, as principais actividades nesta área foram o acompanhamento da execução de estudos em curso e a preparação da sua divulgação em 2015. Um desses estudos, “Valores e Atitudes Face à Mudança a Favor de Um Desenvolvimento Económico mais Sustentável”, coordenado por *João Ferrão* (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa), tem como objectivo analisar e comparar as atitudes de três universos – população em geral, empresários e autarcas – face a opções contrastantes sobre a economia do futuro, aferindo o seu grau de adesão às referidas



propostas de mudança e tentando perceber se as atitudes e opiniões expressas se associam a valores e características particulares dos inquiridos. Deste estudo, concluído em 2014, resultaram duas publicações – *A Economia do Futuro* e *Que Economia Queremos?* – que serão objecto de ampla divulgação pública em 2015. Foi também acompanhada a execução de dois outros projectos. O primeiro, “A Realidade do Investimento Público em Infra-estruturas em Portugal nas Últimas Décadas”, é dirigido por *Alfredo Marvão Pereira*, tendo sido recebidos vários relatórios intermédios ao longo de 2014. Quer a vasta base de dados que está a ser produzida sobre o tema, quer a sua análise aprofundada serão divulgadas na primeira metade de 2015. O segundo projecto cuja execução foi acompanhada foi o da actualização do estudo “25 Anos de Portugal Europeu”, dirigida por *Augusto Mateus*. O estudo e seus resultados definitivos serão divulgados na primeira metade de 2015.

e) Estado e Sistema Político

A área de Estado e Sistema Político, dirigida por *Pedro Magalhães*, sucede aos programas “Justiça e Direito” e “Atitudes, Valores e Comportamentos”.

Ao longo de 2014 foram concluídos e divulgados dois importantes projectos nesta área. O estudo “Portugal nas Decisões Europeias”, coordenado por *Richard Rose* e *Alexander Trechsel*, foi divulgado em Maio, mês de eleições europeias, na conferência Internacional “A participação de Portugal nas Decisões Europeias”, realizada na Universidade do Minho. Apresentado pelos seus autores, o estudo foi comentado por especialistas e protagonistas portugueses e estrangeiros. Esta conferência foi transmitida em directo, tanto em inglês como em português, no página da Fundação e no site do jornal *Expresso*. Este mesmo jornal publicou, em antecipação, reportagens alargadas sobre as principais conclusões do estudo – que foi também tratado em mais de 40 reportagens – e entrevistas aos autores em vários meios de imprensa. Fruto de um protocolo com a SIC Notícias, os resultados deste estudo foram também divulgados no programa “Os Europeus”.

Em Dezembro deu-se a edição em livro e apresentação pública do estudo “A Feitura das Leis, Portugal e a Europa”, de *João Caupers*, *Marta Tavares de Almeida* e *Pierre Guibentif*. Depois do projecto realizado em 2013 sobre avaliação legislativa, a Fundação continua assim a investir em

estudos que possam fornecer um quadro mais completo da realidade da produção legislativa, em Portugal e noutros países da Europa. A Assembleia da República associou-se à Fundação para a realização da conferência e divulgação dos resultados deste trabalho. O evento foi transmitido em directo pelo Canal Parlamento e foi comentado pela administradora *Maria Manuel Leitão Marques* e *Cláudio Radaelli*, assim como por deputados da Comissão de Assuntos Constitucionais, Liberdades e Garantias, representando os vários grupos parlamentares.

Finalmente, o estudo “Ministério Público na Europa” de *José Martin Pastor* foi concluído e aumentado, com textos de *Luís Eloy* e *Pedro Garcia Marques*, abordando a perspectiva histórica e o caso português em detalhe. Este estudo será publicado no início de 2015, em simultâneo com o estudo “Juízes na Europa” de *Fernando Gáscon Inchausti*.

f) O programa do triénio 2015-2017

A FFMS procedeu a uma reflexão interna sobre as linhas de investigação para o próximo triénio, que envolveu os diferentes coordenadores de áreas e foi enriquecida pelo encontro científico realizado a 17 de Novembro no Hotel Miragem, em Cascais, que contou com a participação de cerca de 70 especialistas e de vários membros dos Conselhos de Administração e de Curadores da Fundação.

Dessa discussão resultou a aposta em três grandes temas transversais que, até 2017, deverão concentrar a Fundação no que toca à promoção de estudos e debates sobre a sociedade portuguesa:

- **“Bom Governo” e Democracia:** estudos sobre a qualidade do funcionamento, transparência e democraticidade das instituições do estado e da administração pública central e local e suas consequências para o bem-estar das populações e para o desenvolvimento económico.
- **Coesão Social e Justiça Intergeracional:** estudos sobre a forma como o desenho e funcionamento dos sistemas de segurança social, fiscal, de saúde, de educação e o mercado de trabalho afectam a distribuição de recursos e de oportunidades entre



indivíduos, entre gerações presentes e entre gerações presentes e futuras.

– **Inovação, Investimento e Crescimento**

Económico: estudos sobre a forma como o investimento público e privado, em actividades produtivas diversas, bem como na formação do capital humano e em investigação, contribuem para a transformação estrutural da economia, para a transferência de conhecimento para a sociedade e as empresas e para o crescimento económico.

Durante a primeira metade do ano de 2015, os coordenadores de áreas abordarão diferentes equipas de investigação e abrirão apelos à comunidade científica para apresentação de propostas, cuja avaliação seguirá regras que incluem a utilização de formulários comuns para conteúdos, produtos e orçamentação dos projectos, avaliação anónima sistemática por pares, e o desenho, desde o início, de estratégias de divulgação junto quer do público em geral, quer de públicos especializados e decisores.



7. Sites da Fundação

a) Página da Fundação

Sendo a porta de entrada para todos os projectos, iniciativas e páginas temáticas da Fundação, a página ffms.pt conta actualmente com muitas centenas de conteúdos, incluindo estudos, publicações, documentários e encontros. De destacar a edição e produção de formatos multimédia. Este ano a página da Fundação foi marcada por um volume grande na actualização de projectos novos, concluídos e divulgados. Espelhados no *site* estão as colecções, como os “Ensaios da Fundação” e os novos “Retratos da Fundação”, mas também os estudos que dão origem a conteúdos diversos até ao momento de serem divulgados. As diferentes fases dos projectos podem ser consultadas desde os respectivos manuais de trabalho e versões finais até às conferências e lançamentos, com inscrição obrigatória e documentos de apoio ao debate. Foram disponibilizados para *download* gratuito dez estudos completos, dimensão que já começou a ser uma aposta e que se pretende aprofundar. As conferências, transmitidas em directo no *site*, podem ser visionadas posteriormente no seu formato integral e em edições curtas de um a dois minutos.

Seguindo este formato, de transmissão em directo e vídeo, destacam-se durante este ano, as conferências “Ciência, Cultura e Inovação” com a presença do Nobel *Sir Paul Nurse*, a conferência “Portugal nas Decisões Europeias”, na Universidade do Minho, as seis conferências do “Mês da Educação” como a “Inclusão na Escola” e “Acesso ao Ensino Superior”, terminando o ano com a conferência “Feitura das Leis” apoiada e em parceria com a Assembleia da República. Todas estas conferências encontram a sua base documental e audiovisual no *site*. Também na área audiovisual, em particular nos documentários, terminou-se um novo filme, *Porta Estreita*, emitido pela SIC Notícias e disponível na íntegra no *site*. Os episódios do programa “Os Europeus” do mesmo canal, baseados no estudo “Portugal nas Decisões Europeias”, também se encontram ali disponíveis. Tendo em conta a multiplicidade de projectos desenvolvidos e em formatos variados, considerou-se a necessidade de rever a plataforma que existe, tornando-a mais acessível, simplificando a organização dos seus conteúdos e permitindo a sua utilização intuitiva. O meio digital pode e deve ser utilizado como um instrumento-chave na missão da Fundação de facultar o acesso à informação a todos os cidadãos

interessados. Neste sentido, para além da reformulação do *site*, nos últimos meses do ano implementou-se uma estratégia de divulgação integrada nos vários canais que se pretende desenvolver e aprofundar no ano de 2015.

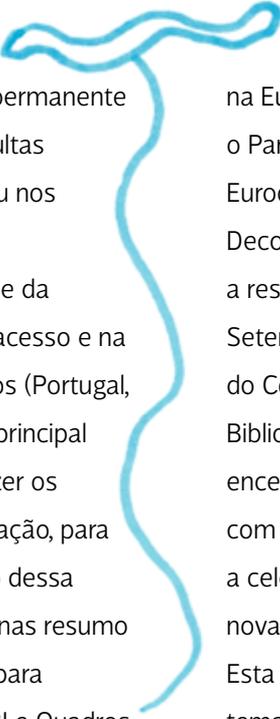
Considerando o crescimento e a diversidade de projectos desenvolvidos nos últimos anos e perspectivando o plano futuro de actividades, a Comissão Executiva do Conselho de Administração aprovou uma revisão cabal e completa da página *ffms.pt* a implementar em 2015.

b) Pordata

A Pordata, Base de Dados Portugal Contemporâneo, é um dos mais importantes projectos da Fundação, para o qual se dedicam consideráveis esforços humanos e orçamentais. A Pordata dá conteúdo a uma das missões mais importantes da Fundação, a livre divulgação de informação.

Os *downloads* da aplicação Pordata para *smartphones* e *tablets* está acima dos trinta mil registos. Durante o ano de 2014, além da presença diária nos meios de comunicação social, manteve-se a parceria com o jornal diário *Metro*, divulgando dados sobre os mais diversos temas da sociedade portuguesa. Desde o início,





a Pordata mantém o aumento permanente de acessos, mas também consultas e de referências bibliográficas ou nos órgãos de comunicação social.

Se em 2013 a principal actividade da Pordata foi a uniformização no acesso e na consulta das três bases de dados (Portugal, Europa, Municípios), em 2014 a principal preocupação da Pordata foi trazer os dados, em permanente actualização, para perto do utilizador. São exemplo dessa preocupação a criação das páginas resumo ou *landing pages*, da aplicação para *smartphone*, dos retratos, dos BI e Quadros Resumo. Em 2014, investiu-se igualmente na dimensão de acessibilidade, tendo como objectivo fundamental permitir que o utilizador aceda aos dados com facilidade técnica e compreensão genérica. Como tal, a aposta foi para o enriquecimento da contextualização com uma nova metainformação, complementando o rigor da linguagem técnica e científica – que se manterá presente – com linguagem acessível a todos, através da simplificação de conceitos estatísticos. Os conceitos recriados foram mais de trezentos.

Durante o ano de 2014 foi acrescentado um novo tema “Turismo” (Portugal) e foram ainda produzidos “Retratos”, em versões *online* e impressa, para Portugal, Portugal

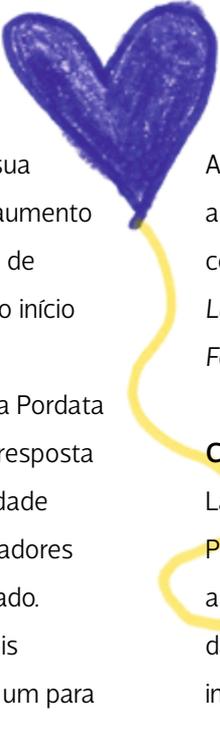
na Europa e Açores (em colaboração com o Parlamento Europeu e o Gabinete da Eurodeputada *Maria do Céu Patrão Neves*).

Decorreu, no ano lectivo 2013/14, com a respectiva entrega de prémios em Setembro deste ano, a quarta edição do Concurso Pordata/RBE (Rede de Bibliotecas Escolares). Este ano marca o encerrar de um ciclo de quatro anos, que com o aproximar dos 5 anos da Pordata a celebrar em 2015, irá dar origem a novas actividades na área da educação.

Esta edição do concurso, teve como tema “A Missão iPad”, campanha criada por alunos voluntários do IADE Creative University. As escolas premiadas neste ano foram: pela segunda vez consecutiva a equipa do Agrupamento de Escolas Finisterra, de Cantanhede (*Gustavo Guerra, João Branco, Nuno Neto*); a equipa da Escola Básica e Secundária de Peniche (*Isa Vieira e Mara Vieira*); e a equipa da Escola Básica e Secundária de Penacova (*David Alves, Diogo Silva e Diogo Gomes*).

A entrega de prémios decorreu no dia 29 de Setembro, na Escola Secundária Avelar Brotero em Coimbra, com a presença do Presidente do Conselho de Administração da Fundação e da directora da Pordata.

Uma vez mais a RBE, na pessoa da *Margarida Toscano* e das coordenadoras



interconcelhias, foi incansável na sua colaboração. Tornou possível um aumento bastante significativo nos pedidos de formação por parte das escolas no início do novo ano lectivo.

Em 2014, a equipa de formação da Pordata foi aumentada uma vez mais em resposta às múltiplas solicitações da sociedade portuguesa. O número de colaboradores responsáveis por regiões foi alargado.

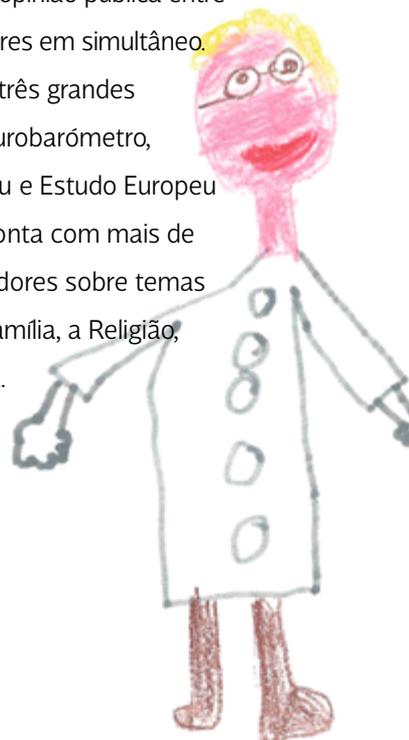
A sua nova configuração prevê dois formadores para a grande Lisboa, um para o norte, outro para o centro e ainda outro responsável para o sul. A actuação desta equipa redistribuída permitiu um acréscimo no número de formandos na ordem dos 70%. Em valores absolutos, o número de formandos, neste ano, ultrapassou a barreira dos 10.000, em cerca de 480 acções de formação. Este valor eleva os totais da formação para um valor acumulado de 25.000 formandos em 1.170 sessões (*Anexo XIV, PORDATA, Acções de Formação, 2014*).

As acções de formação continuam a ser dirigidas por *Bernardo Gaivão*, a quem se juntaram no ano de 2013 *Renato Antunes* e *Teresa Cardoso*, tendo a equipa sido alargada neste ano com a entrada de *Mariana Sarmento* e de *Maria Luísa Silva*.

A Pordata continuou em 2014 a ser dirigida por *Maria João Valente Rosa*, com uma equipa de superior qualidade: *Luísa Barbosa, Joana Lopes Martins, Rita Faria* e *Rita Rosado*.

c) POP

Lançado em 2013, o Portal de Opinião Pública resultou de uma colaboração entre a Fundação e o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. A cargo de vários investigadores do ICS sob a orientação do director científico Pedro Magalhães, o POP faculta informação sobre as tendências nas opiniões e atitudes em toda a Europa ao longo das últimas três décadas, permitindo comparar a opinião pública entre povos e cruzar indicadores em simultâneo. Coligido com base em três grandes inquéritos europeus (Eurobarómetro, Inquérito Social Europeu e Estudo Europeu de Valores), a página conta com mais de uma centena de indicadores sobre temas tão variados como a Família, a Religião, a Política e a Economia.



d) Direitos e Deveres dos Cidadãos

Lançada em Abril de 2014, esta página destina-se a informar os cidadãos sobre os seus direitos e deveres, tanto na sua inter-relação, como com as autoridades e demais instituições. Um meio de informação acessível, organizado e prático sobre os direitos e os deveres do cidadão, nas variadas situações do dia-a-dia que podem ter implicações jurídicas. Após o lançamento público e durante três meses, foi emitida na SIC Notícias uma série de 65 episódios diários, onde em cerca de um minuto, se apresentava uma pergunta e resposta constante da página Direitos e Deveres. Também na imprensa escrita, resultante de uma parceria com o Jornal *Destak*, é publicada uma coluna com informação para o cidadão, com regularidade semanal.

Apenas com oito meses de existência, a página Direitos e Deveres é já um dos projectos da Fundação mais consultados. Tem uma actualização regular mensal, exigida pela contínua produção legislativa, nacional e europeia, efectuada por uma equipa de duas juristas coordenadas pela administradora *Mariana França Gouveia*.

e) Globalstat

A GlobalStat – Database on Developments in a Globalised World resulta de uma parceria, estabelecida em 2011, entre a Fundação Francisco Manuel dos Santos e o Instituto Universitário Europeu (Florença). Trata-se de um projecto, assente em pressupostos teóricos e metodológicos claros, cujo objectivo é disponibilizar uma base de dados sobre globalização, desenvolvimento humano e desenvolvimento sustentável. Para a Fundação, este projecto representa, de acordo com a sua missão, a possibilidade de continuar a contribuir para o conhecimento e debate sobre Portugal, desta vez olhando para o país no contexto mundial.

Na página reúnem-se dados para o mundo e os seus 193 países, 5 continentes, 10 organizações intergovernamentais e dois grupos de desenvolvimento. A informação recolhida está agrupada em doze temas e três áreas transversais. Os dados são provenientes de cerca de 100 entidades internacionais (exemplos: UNESCO, OIT, OMS), tendo em alguns casos sido necessário celebrar protocolos específicos no âmbito deste projecto.

O interesse demonstrado pelo IUE, instituto internacional de investigação e estudos

pós-graduados de mérito confirmado, em desenvolver esta parceria traduz a confiança transmitida pela Fundação e o reconhecimento do *know-how* acumulado no desenvolvimento de projectos de disseminação de informação, marcados pelo rigor e pela independência.

A Globalstat é, assim, mais uma iniciativa que revela a capacidade da Fundação para estabelecer parcerias com diferentes produtores de informação e de conhecimento, certamente um boa prática de gestão de informação e de recursos na complexidade própria do século XXI.

O período entre 2011 e 2014 foi dedicado à compilação de informação e ao desenvolvimento do *backoffice* e do *website* da Globalstat. Em Maio de 2015, o *website* – de acesso livre e gratuito – será apresentado publicamente.

Os conteúdos da página Globalstat são assegurados por uma equipa do IUE (*Gaby Umbach, Laura Bartolini, Caterina Francesca Guidi, Luca Mancini*) enquanto a operacionalidade do mesmo, em 2014, esteve a cargo de *Joana Lopes Martins* com a orientação do director científico *Pedro Magalhães*.

f) Conhecer a Crise

A página Conhecer a Crise conta com mais de uma centena de indicadores, actualizados periodicamente, organizados em grandes temas como Trabalho, Habitação, Finanças Públicas, Apoio Social, Endividamento, Despesas das Famílias, Balança de Pagamentos, Conjuntura Económica e Actividade Empresarial (tema preparado no segundo semestre de 2013 e lançado no início de 2014).

A ideia subjacente a esta iniciativa foi colocar à disposição do grande público um conjunto de informações relevantes sobre o período de dificuldades económicas e sociais correspondentes à intervenção dos credores internacionais. Este projecto contou com a colaboração de diversos parceiros, nomeadamente o Banco de Portugal, o Instituto Nacional de Estatística, a Unicre, a Informa D&B, o Confidencial Imobiliário, o Banco Alimentar e a Nielsen. A alteração da conjuntura económica, com o final do programa de assistência, levou a Comissão Executiva do Conselho de Administração a repensar esta página ao longo do último trimestre de 2014. Após o seu lançamento e período inicial, considerou-se que seria um projecto com vocação para ir muito além da actualização interna pela Fundação. Assim, e tornando

real a intenção de estarmos mais próximos dos alunos e universidades, deliberou-se que este projecto podia ser entregue para desenvolvimento neste âmbito universitário. A análise de parcerias já teve início e espera-se que esteja concluída no primeiro semestre de 2015.

g) Bibliografias e Cronologias

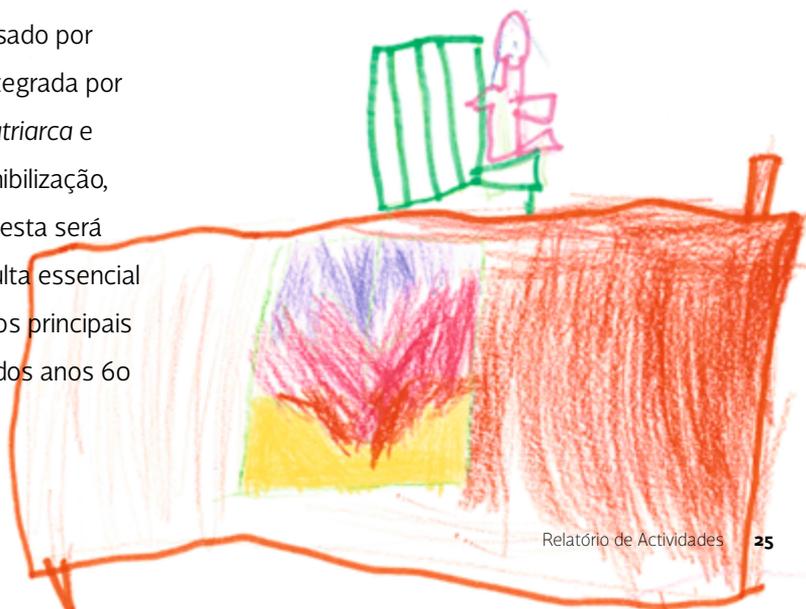
O objectivo destes dois projectos consiste em tornar acessível a investigadores, e a um público não especializado, um enquadramento histórico genérico que permita contextualizar dados e elementos estatísticos, nomeadamente os constantes da Pordata.

Os dois projectos foram coordenados por *Paulo Silveira e Sousa* e encontram-se concluídos, em fase de produção. Após uma primeira revisão do texto original – de mais de 1.500 páginas – efectuado pelo administrador executivo *António Araújo*, o texto será agora analisado por uma equipa de historiadores integrada por *António Duarte Silva, Fátima Patriarca e José Barreto*. Após a sua disponibilização, em formato digital e em papel, esta será uma obra de referência e consulta essencial para quem pretenda conhecer os principais acontecimentos do século xx, dos anos 60 aos nossos dias.

As “Bibliografias” são organizadas por onze temas e abrangem o período de 1960 a 2012. Os temas seleccionados são: História de Portugal, século xx; População e Demografia (incluindo migrações); Política Portuguesa (incluindo relações externas); Economia (incluindo empresas, comércio externo); Educação; A Questão Social; Saúde; Justiça; Cultura; Ciência; O Território, o Estado e a Administração Pública.

O projecto “Cronologias” é constituído por cronologias anuais, relativas ao período de 1960 à actualidade. Cada uma inclui cerca de 100 entradas ou rubricas compreendendo as seguintes áreas: Política; Economia; Sociedade; Cultura; Contexto Internacional.

Durante o ano de 2015 será lançada a página Bibliografias e Cronologias coordenada pelo administrador executivo *António Araújo*.



8. Publicações da Fundação

A área das Publicações da Fundação é coordenada pelo administrador executivo António Araújo.

a) Ensaios e Retratos da Fundação

Ao longo de 2014, a colecção de “Ensaios da Fundação” manteve o seu ritmo de lançamentos, tendo sido publicados os seguintes títulos: *Economia Paralela*, de Nuno Gonçalves; *O Futuro da Floresta em Portugal*, de João Santos Pereira; *Educação e Liberdade de Escolha*, de Paulo Guinote; *Sons e Silêncios da Paisagem Portuguesa*, de Carlos Alberto Augusto; *Migrações e Cidadania*, de Gonçalo Saraiva Matias; *O Cancro*, de Manuel Sobrinho Simões; *Os Portugueses e o Mundo*, de Raquel Vaz-Pinto; *Pseudociência*, de David Marçal e *A Sociedade Civil*, de Tiago Fernandes. A colecção, já com 49 títulos, apresenta vendas superiores a 415 mil exemplares (Anexo XV, *Vendas Acumuladas dos Ensaios, 2010-2014*).

Conforme planeado, a FFMS iniciou uma nova colecção, “Retratos da Fundação.” Um conjunto de títulos de cunho mais pessoal,

próximo da “grande reportagem”, em estilo narrativo. Assim, foram editados nesta nova colecção: *Prematuros*, de João Pedro George; *Portugal de Perto*, de Nuno Ferreira; *Longe do Mar*, de Paulo Moura; *Portugal em Ruínas*, de Gastão de Brito e Silva; *Terra Firme*, de José Navarro de Andrade; *Na Urgência*, de Joana Bénard da Costa. Apesar de recente, esta colecção vendeu mais de 16 mil exemplares (Anexo XVI, *Vendas Acumuladas dos Retratos, 2014*).

Dos outros livros da Fundação, que não pertencem a nenhuma das colecções descritas em cima, é de destacar o conjunto de obras *A Sala de Aula* e *Diários de uma Sala de Aula*, coordenadas por Maria Filomena Mónica, que retrata a situação vivida nas escolas e que despertou especial interesse junto dos professores. Todas as publicações tiveram um lançamento público, cada vez mais dirigido aos leitores de cada tema, quer através do local escolhido, quer através dos contactos efectuados para estarem presentes. Além da habitual presença nos supermercados e livrarias, e pela primeira vez, a Fundação esteve na Feira do Livro com um stand personalizado e iniciou ainda uma experiência em alguns postos da BP. Para além destes locais, no final do ano, a Fundação esteve presente em locais



de venda de Natal, como na LX Factory e no Príncipe Real.

O ano de 2014 marca o ano de viragem para as publicações, em termos comerciais e de notoriedade, que concretiza a construção de um plano de presença através de campanhas de comunicação para as colecções de “Ensaio” e “Retratos” e através de exposição extra nas principais livrarias e novos canais de venda, como os CTT e reforço nas vendas *online*. Este plano terá resultados visíveis principalmente no ano de 2015.

b) Revista XXI

A Revista XXI foi sujeita a um exame de avaliação externa no início de 2014. A comissão de avaliação do anuário teve a seguinte composição: *Zélia Gil Pinheiro*, *Henrique Burnay*, *Pedro Braz Teixeira*. A reunião final de avaliação decorreu no dia 17 de Janeiro de 2014 com o director cessante *José Manuel Fernandes* (que assumiu novos e importantes desafios no final de 2013). A Comissão Executiva aprovou em reunião, a 31 de Março de 2014, a continuidade da revista com periodicidade semestral e um número de páginas mais reduzido. Ainda, no primeiro semestre de 2014, foi escolhida uma nova equipa, um novo conselho editorial (Anexo XVII,

Revista XXI, Corpo Editorial) e um novo projecto de acordo com as recomendações dos avaliadores. O número quatro da revista foi lançado a 22 de Janeiro de 2015 e o número cinco da revista está previsto para Junho de 2015 (Anexo XVIII, *Vendas Acumuladas da Revista XXI, 2011-2014*).

9. A Fundação nos Média

A Comunicação Social acompanhou as actividades da FFMS em 2014, com especial destaque para o 3.º Encontro “Presente no Futuro” e para o “Mês de Educação” da Fundação. Mais de um milhão de espectadores acompanharam os 39 painéis do programa do encontro “À procura da Liberdade”, através da transmissão em directo para o site do encontro e para os canais TVI e TVI24. A TVI e TVI 24 transmitiram em directo as sessões “Música e Liberdade” e “Governo Sombra”. Nos dias do evento, a TVI 24 ultrapassou a SIC Notícias em audiências. Cerca de 423 mil pessoas leram os artigos acerca do encontro que o *Diário de Notícias* publicou a 3 e 4 de Outubro e o suplemento *Qi* dedicado ao tema da liberdade, a 27 de Outubro. Da cobertura

mediática, resultaram 182 notícias (44 em televisão, 43 em imprensa, 11 em rádio, 84 online) de órgãos de comunicação social distintos. No total, foram entrevistados 14 oradores do encontro, alguns mais do que uma vez. Estes dados referem-se a peças publicadas ou transmitidas desde 16 de Julho de 2014, data de lançamento do 3.º “Presente no Futuro”. No encontro estiveram presentes 50 jornalistas de 20 órgãos de comunicação social: TVI, TVI24, SIC, SIC Notícias, RTP, CMTV; Media.

O “Mês da Educação” da FFMS, realizado entre 15 de Outubro e 13 de Novembro, foi, a par com o encontro, um dos momentos que mais eco teve na Comunicação Social. Num momento crítico para a Educação em Portugal, em que se discute a estabilidade do sistema de ensino, ao mesmo tempo que se verifica um quebra significativa de número de jovens a ingressar no ensino superior, a Fundação Francisco Manuel dos Santos convidou professores e agentes educativos para uma reflexão alargada sobre o Presente e o Futuro da Educação em Portugal. Fizeram-se debates e comunicações estratégicas, como foi o caso de um almoço promovido com jornalistas no dia 16 de Outubro.

Estiveram presentes representantes da RTP, SIC, *Visão*, *Sábado*, *Público*, *i*, *Observador*, *Correio da Manhã*, *M8o* e *Máxima*. Nesta conversa informal, os jornalistas puderam colocar directamente questões aos autores dos estudos da FFMS. Daqui resultaram muitas notícias que, no entanto, não se esgotaram no momento. O jornal *i*, o *Público* e o *Observador* fazem parte da imprensa escrita que deu voz ao tema, mas TVI, TSF e Rádio Renascença também fizeram do estudo (editado pela Fundação) notícia. Para fechar o “Mês da Educação”, a FFMS realizou duas conferências sobre “Acesso ao Ensino Superior”, uma em Lisboa e outra em Vila Real. Um tema que suscitou o interesse de vários meios de comunicação social, onde se destaca o grande trabalho do *Jornal de Letras* e o programa especial da RTP *Saber Educar*, conduzido pela jornalista *Fátima Campos Ferreira*.

Os lançamentos de ensaios e retratos também foram alvo de notícias, com destaque para *Pseudociência*, de *David Marçal*. No Dia do Professor (31 de Outubro), no Pavilhão do Conhecimento, o autor tinha uma plateia cheia e divertida aberta à interacção com o próprio. *Jorge Buescu* e *Nuno Garoupa*, Presidente do Conselho de Administração



da Fundação, também estiveram presentes. Ao longo desse dia, colados aos noticiários, passavam pequenos excertos de uma conversa que teve com a jornalista Ana Bernardino da M8o, acerca de pseudociência a propósito do lançamento do novo livro. No jornal *i* saía, nesse dia, um artigo de opinião do autor – “Assunto: pseudociência na Faculdade de Farmácia”. Antes do evento, já tinha sido requisitado para entrevistas na Rádio Amália, no programa do *Fernando Alvim* no Canal Q e na revista *Sábado* intitulada “David Marçal arrasa Pseudociência”. O ensaio ainda hoje é notícia nalguns meios de comunicação. O projecto “A Fecundidade em Portugal”, coordenado por *Maria Filomena Mendes* e baseado no Inquérito à Fecundidade realizado em 2013 foi outro dos projectos noticiados pela Comunicação Social em 2014. O Inquérito à Fecundidade resultou de uma parceria entre o Instituto Nacional de Estatística (INE) e a Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS). O *Público* deu grande atenção ao tema num artigo intitulado “Só 8% dos portugueses não têm filhos nem querem ter, a maioria vai adiando”. “Só 1 em cada 4 portugueses pensa ter filhos nos próximos três anos” e “O envelhecimento vale a pena” foram os títulos eleitos pelo *Expresso* e *Visão*, respectivamente.

Destaque ainda na Comunicação Social para a parceria com a SIC Notícias para a exibição do documentário “Porta Estreita” produzido pela FFMS sobre o acesso ao ensino superior (Medicina). A entrada no curso superior de Medicina é quase como um teste da alta competição desportiva. A comparação é feita pelo neurocirurgião *João Lobo Antunes*. Na exibição do documentário “Porta Estreita”, segue-se o percurso de estudantes que lutam por um lugar na faculdade de Medicina e abordam-se as grandes questões que se colocam à preparação dos médicos. De sublinhar os 6 episódios do programa “Os Europeus” da SIC Notícias, feito com a colaboração científica da Fundação, cujo ponto de partida é o estudo “A Participação de Portugal na União Europeia”. Sábados às 10h30, com repetições às 21h, domingos às 17h e 1h, terças às 15h30 e quintas, às 2h30. Há mais de 10 anos que a SIC Notícias acompanha de perto a vida da Europa e da União. Uma década de programas focados nos assuntos europeus que deram a conhecer países, tradições e culturas, revelaram escolas e universidades, reuniram entrevistas a grande parte daqueles que tornaram possível o projecto europeu e a todos os que lhe deram continuidade.

10. A Fundação nas Redes Sociais

Com o objectivo de que os resultados dos projectos que promove sejam o mais largamente possível discutidos na sociedade, a Fundação está particularmente atenta a novas plataformas de comunicação. Neste sentido, está presente em três redes sociais, com cinco páginas. No Facebook, com duas páginas, uma da Fundação e outra da PORDATA, conta já com uma comunidade de quase 70 mil pessoas. No Twitter, também com páginas dos dois sites, seguem-nos mais de 7 mil pessoas. No Youtube, aqui com um único canal, a Fundação tem um acervo de quase mil vídeos disponíveis e 1 200 seguidores. A intenção é aumentar as comunidades que acompanham a actividade da Fundação nestas redes, criando conteúdos e uma linha editorial própria para este propósito, mas também aumentar os canais de disseminação através da presença em novas redes sociais no próximo ano. Com uma frequência semanal, a *newsletter* externa da Fundação assegurou a divulgação de todas as actividades públicas e lançamentos, cruzando factos e opiniões em cada tema.

11. Audiovisual e Multimédia

A área do Audiovisual e Multimédia desenvolveu o seu trabalho para 2014 em dois planos. No imediato, tratou de garantir o acompanhamento de um conjunto de trabalhos, resultantes de compromissos contratuais assumidos anteriormente, que se encontravam em diferentes fases de produção e cuja finalização e divulgação exigiam diligências adequadas. Quanto a novos projectos, achou-se necessário proceder a uma reflexão acerca do melhor modo de integrar o audiovisual e multimédia na actividade da Fundação. As conclusões desse trabalho deram origem a um documento de estratégia, aprovado pelos Conselhos de Administração e Curadores no final do ano (*Anexo X, Audiovisual e Multimédia na FFMS*).

Em linhas gerais, foi decidido que a produção audiovisual e multimédia deverá ser vista, por regra, como factor de enriquecimento integrado da programação da Fundação, cuidando-se de garantir, à partida, as melhores formas de difusão junto dos públicos-alvo dos diferentes projectos. Quanto a estes aspectos, reconheceu-se a importância



de optar pelo género e formato de produção durante a génese dos projectos seleccionados, de modo a economizar custos e a garantir um conteúdo mais rico e afinado com os objectivos da Fundação. Nesse sentido, passarão a ser estabelecidas, antecipadamente, parcerias de produção e difusão com os operadores de *media*, assegurando que as opiniões e linhas editoriais dos parceiros escolhidos são tidas em conta. Trata-se de valorizar e juntar o conhecimento que a própria FFMS produz e organizar os meios e know-how de produção, promoção e distribuição audiovisual e multiplataforma dos vários parceiros potenciais em presença. Em termos práticos, a Fundação passará a submeter os projectos programados a uma primeira triagem que selecione aqueles que maiores benefícios possam retirar do tratamento digital infográfico, audiovisual e/ou multimédia, quer para o respectivo desenvolvimento, quer pelo potencial inovador das obras a que possam dar origem, ou para efeitos de divulgação e difusão. Em qualquer dos casos, serão estabelecidas parcerias em tempo útil, ou seja, de modo a procurar integrar o planeamento de produção dos formatos escolhidos no planeamento geral de desenvolvimento e difusão dos projectos.

Sem prejuízo da continuidade a dar às parcerias já existentes e aos projectos contratados, está prevista para 2015 a concretização desta nova estratégia com, pelo menos, uma série de miniprogramas baseados em Conceitos Simplificados editados pela Pordata, para a qual foi estabelecida uma parceria com a RTP, e com o desenvolvimento de uma obra multiplataforma associada a um dos principais projectos de investigação patrocinados pela FFMS.

Durante o ano de 2014, a colaboração com os três principais operadores de televisão – RTP, SIC e TVI – assumiu diversas formas. A FFMS co-produziu com a RTP uma série de quinze entrevistas, transmitidas entre 5 e 23 de Maio e posteriormente repetidas com periodicidade semanal, com o título genérico “Livre Pensamento”, realizadas com o jornalista *Mário Carneiro* a autores dos “Ensaios da Fundação”. Para 2015, está projectada uma segunda série deste programa. Fruto de um protocolo com a SIC Notícias, foram realizados seis episódios do programa “Os Europeus”, transmitidos em Novembro e Dezembro em vários horários, com o apoio científico da Fundação e com base em cada um dos seis capítulos do estudo “Portugal nas Decisões Europeias”, coordenado por *Richard Rose* e *Alexander*

Trechsel, do Instituto Europeu de Florença. Os episódios completos estão disponíveis na página da Fundação. A TVI continuou, entretanto, como *media partner* dos Encontros “Presente no Futuro”.

Outro aspecto importante do relacionamento com as televisões foi o modo como permitiu gerir a carteira de documentários já produzidos ou em finalização e que necessitavam de ter uma divulgação assegurada. Dois protocolos com a SIC Notícias garantiram a exibição, em Setembro, em vários horários, do documentário “Porta Estreita”, de *Joana Pontes* e *Patrícia Faria*, acerca do acesso ao curso de Medicina, e a programação para 2015 da série “O Valor da Liberdade” (anteriormente referida como *On Development and Freedom*), da autoria de *José Tavares* e realização de *Joana Pontes*, composta por dez entrevistas a personalidades nacionais e internacionais de grande prestígio em diversos campos da cultura e do conhecimento. Um outro trabalho terminado em finais de 2014 foi o filme “Fora da Vida”, de *Filipa Reis* e *João Miller Guerra*. Esta obra resultou de um projecto que teve como ponto de partida a problemática do salário mínimo e que incluiu, além do filme, um conjunto de entrevistas com economistas, sociólogos e representantes dos parceiros sociais. Pelo seu valor artístico

e documental, foi decidido planificar para 2015 a promoção e exibição deste filme em diferentes eventos e janelas, tendo a RTP como *media partner* e detentora dos direitos de exibição televisiva.

A área de audiovisual e multimédia da Fundação é coordenada pelo director geral da Fundação (administrador executivo *David Lopes*) com o apoio do consultor permanente para o audiovisual e multimédia, *António Borga*.

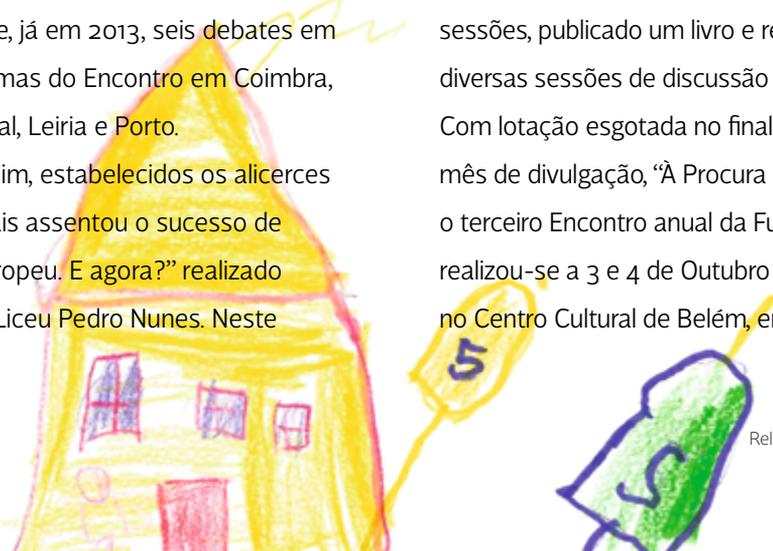
12. Encontro “Presente no Futuro”

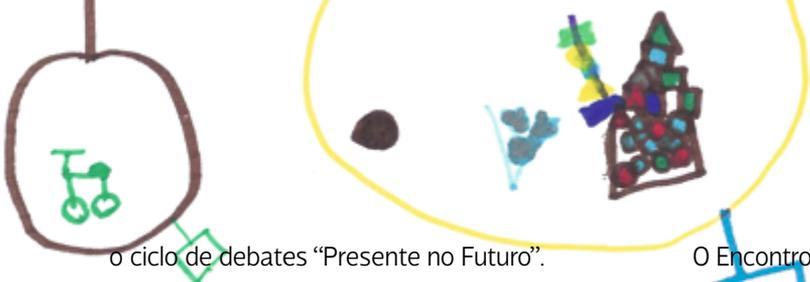
A Fundação decidiu organizar, com início em Setembro de 2012, um ciclo de conferências anuais, a que apelidou de “Presente no Futuro”. Desenhada para um período de três anos, esta iniciativa demonstrou ser a principal alavanca da missão da Fundação enquanto promotora do debate livre, fundamentado e consciente da sociedade em torno de temas relevantes.

Cada ano, durante dois dias, a FFMS reuniu em sala cerca de 1.200 pessoas, entre audiência e oradores, chegando a mais de um milhão de espectadores através dos meios de comunicação social.

Sob a coordenação de *Maria João Valente Rosa*, a primeira edição, intitulada de “Os Portugueses em 2030” (organizada no Centro Cultural de Belém em 2012), abordou a temática da demografia, analisada sob quatro pilares decisivos para a sociedade portuguesa: envelhecimento e conflito de gerações; família, trabalho e fecundidade; desigualdades: povoamento e recursos; fluxos populacionais e projectos de futuro. E porque uma opinião deve ser fundamentada, a construção do debate teve por base os dados estatísticos disponíveis na Pordata e o estudo “Projeções para 2030” realizado pela Fundação especificamente para este Encontro, com as projeções demográficas da população portuguesa para 2030 e 2050. Para memória futura, disponibilizaram-se os vídeos das sessões no site do Encontro, foi publicado um livro com textos originais dos oradores e moderadores, preparou-se um filme infográfico com os resultados do estudo e realizaram-se, já em 2013, seis debates em torno dos temas do Encontro em Coimbra, Évora, Funchal, Leiria e Porto. Estavam, assim, estabelecidos os alicerces sobre os quais assentou o sucesso de “Portugal Europeu. E agora?” realizado em 2013 no Liceu Pedro Nunes. Neste

segundo Encontro “Presente no Futuro”, sob a coordenação de *Marina Costa Lobo*, questionaram-se os caminhos de Portugal enquanto país europeu e europeizado. A discussão em torno desta temática teve início em Maio, na conferência de apresentação de *25 Anos de Portugal Europeu*, um estudo que viria a ser um dos pilares do Encontro, juntamente com outros projectos da Fundação, alguns dos quais preparados propositadamente (“Portugal e a Europa: Os números” e o livro *Portugal e a Europa: novas cidadanias*) e outros já existentes (Pordata, Portal de Opinião Pública, Conhecer a Crise, e ensaios e estudos como “A Economia Portuguesa: as últimas décadas” ou “Desigualdade Económica em Portugal”). Para prolongar o debate, a Fundação dedicou a terceira edição da sua Revista XXI à Europa e promoveu a realização de quatro debates *online* sobre esta questão. E, à semelhança do que aconteceu após a primeira edição, foram disponibilizados os vídeos das sessões, publicado um livro e realizadas diversas sessões de discussão pelo país. Com lotação esgotada no final do primeiro mês de divulgação, “À Procura da Liberdade”, o terceiro Encontro anual da Fundação, realizou-se a 3 e 4 de Outubro de 2014, no Centro Cultural de Belém, encerrando





o ciclo de debates “Presente no Futuro”.

Nestes dias, reflectiu-se sobre a ideia de liberdade, a liberdade em Portugal e o futuro da liberdade, temáticas perfeitamente identificadas nas imagens do Encontro, nomeadamente o labirinto em forma de árvore, que simboliza a procura incessante e insatisfeita de respostas, e o banco de jardim, emblema do debate público.

Com vista a uma melhor preparação para o debate, foi lançado em Julho um conjunto de indicadores sobre os direitos humanos, a democracia, o digital, a economia, a globalização, a educação, a religião, a ciência e a ética, a imprensa, a diferença entre géneros e a homossexualidade, e editada uma Antologia com textos de vários autores sobre a liberdade, que foi distribuída a todos os participantes. Debateram nas trinta e nove sessões desenhadas em onze formatos de intervenção diferentes – desde os plenários em auditório às conversas intimistas com um orador – oitenta e dois oradores, dez dos quais estrangeiros, e vinte e sete moderadores. Académicos, historiadores, políticos, economistas, escritores, artistas e muitos outros tornaram os debates ricos em diversidade de conteúdos e perspectivas mantendo, ao mesmo tempo, um nível de discurso acessível a toda a plateia.

O Encontro contou ainda com a presença de ilustres oradores considerados autoridades na cena internacional, nomeadamente *Michael Ignatieff*, *Roberto Mangabeira Unger* e *Orhan Pamuk*, escritor turco, prémio Nobel da Literatura em 2006, entre outros.

A coordenação desta iniciativa foi confiada ao administrador *Jaime Gama*, acompanhados por *Gonçalo Almeida Ribeiro*, *José Pena do Amaral*, *José Tavares*, *Maria João Valente Rosa* e *Marina Costa Lobo*. O administrador executivo *David Lopes* (até Setembro de 2014, o administrador *José Soares dos Santos*) chefiou a coordenação operacional do Encontro.

A organização do evento contou ainda com a colaboração de inúmeras entidades. Às empresas parceiras na organização, na imagem e comunicação contratadas pela Fundação, acrescentaram-se um conjunto de parceiros (*Jerónimo Martins*), parceiros institucionais (*Accenture*; *Câmara Municipal de Lisboa*), órgãos de comunicação social (*TVI*; *Diário de Notícias*; *Media Capital Rádios*), parceiros de bens e serviços (*Pingo Doce*; *Recheio*; *Olá*; *Fnac*; *Gallo*; *SGS Car – Volvo*) e apoios à divulgação (*Amanhecer*; *Jeronymo*; *Hussel*; *A Padaria Portuguesa*), que se disponibilizaram

pro bono para organizar, difundir e/ou participar na operacionalização desta iniciativa. Algumas instituições de ensino superior associaram-se ao Encontro, tendo transmitido as sessões em *streaming* para os seus auditórios, em particular, a Universidade dos Açores, a Universidade do Algarve, a Universidade de Aveiro, a Universidade Católica do Porto, a Universidade de Évora, a Universidade da Madeira e a Universidade Nova. Para não limitar o impacto da discussão aos dois dias do Encontro, foram disponibilizados *online*, em tempo recorde para a Fundação, os vídeos das sessões, realizou-se um conjunto de debates em vários distritos e prepara-se a edição de um livro com textos originais dos oradores. Na senda do sucesso dos três Encontros anteriores, a Fundação preparará, em 2015, um novo ciclo de debates, para o qual pretende manter (ou até mesmo exceder) os níveis de qualidade, pertinência e impacto do “Presente no Futuro”. Aprofunda-se, desta forma, a relação da Fundação com a sociedade civil, através da prossecução do objectivo de promoção de debates livres e fundamentados, prevendo-se, porém, alterações nos princípios de gestão, modelo de organização, local e periodicidade dos Encontros.

13. Relatório financeiro 2014

O relatório financeiro a seguir pormenorizado reflecte as contas da Fundação.

As entregas prometidas e contratadas com a família Fundadora foram concretizadas pontualmente à Fundação, e consideramos que esse gesto nos honra pela confiança que traduz.

O Conselho de Administração persiste numa política financeira cuidadosa e esforça-se por manter as reservas financeiras existentes, garantindo sempre os meios para honrar os contractos assinados.

O Conselho de Administração dotou a Fundação de um corpo de funcionários e executivos ajustado aos projectos em curso, reflectido no custo de funcionamento e nos custos de pessoal, referido no relatório de contas na nota dezasseis do anexo, e que resulta da transferência de custos de fornecimentos e serviços de terceiros para custos de pessoal, e nestes, com incidência para os Membros dos Órgãos Estatutários, e também, devido à contratação dos Membros da Comissão Executiva do Conselho de Administração. A distribuição temática e funcional dos projectos, conforme nota dezoito

do anexo às contas, revela consistência e continuidade de opções e métodos associados á actividade da Fundação.

14. Perspectivas para 2015

A Fundação cumpre a sua missão estudando a sociedade portuguesa, contribuindo para o seu futuro e analisando as mudanças e tarefas que nos esperam em 2015 (e no futuro). Fechado o ciclo inicial de lançamento da Fundação e completadas as reformas internas entendidas como necessárias pelos seus órgãos sociais durante o ano de 2014, 2015 apresenta-se como extremamente positivo e desafiador. Com um eixo condutor de projectos e actividades bem definido, espera-se o lançamento de novas iniciativas quer de carácter científico, quer de carácter operacional e comunicacional. Depois do sucesso do ciclo “Presente no Futuro”, a decisão de sair de Lisboa e organizar um novo ciclo “Ao Encontro do Futuro”, em vários pontos de Portugal, abre um desafio extremamente importante que a Fundação quer ganhar. A descentralização geográfica da actividade da Fundação com êxito

é o grande objectivo para 2015. E os compromissos fundacionais mantêm-se. Produzir conhecimento sobre a sociedade portuguesa com qualidade. Discutir mais e melhor. Chegar mais longe, e a mais portuguesas.

18 de Fevereiro de 2015

O Conselho de Administração

Nuno Garoupa, Presidente

António Araújo

António Lobo Xavier

David Lopes

Jaime Gama

José Soares dos Santos

Luís Amado

Maria Manuel Leitão Marques

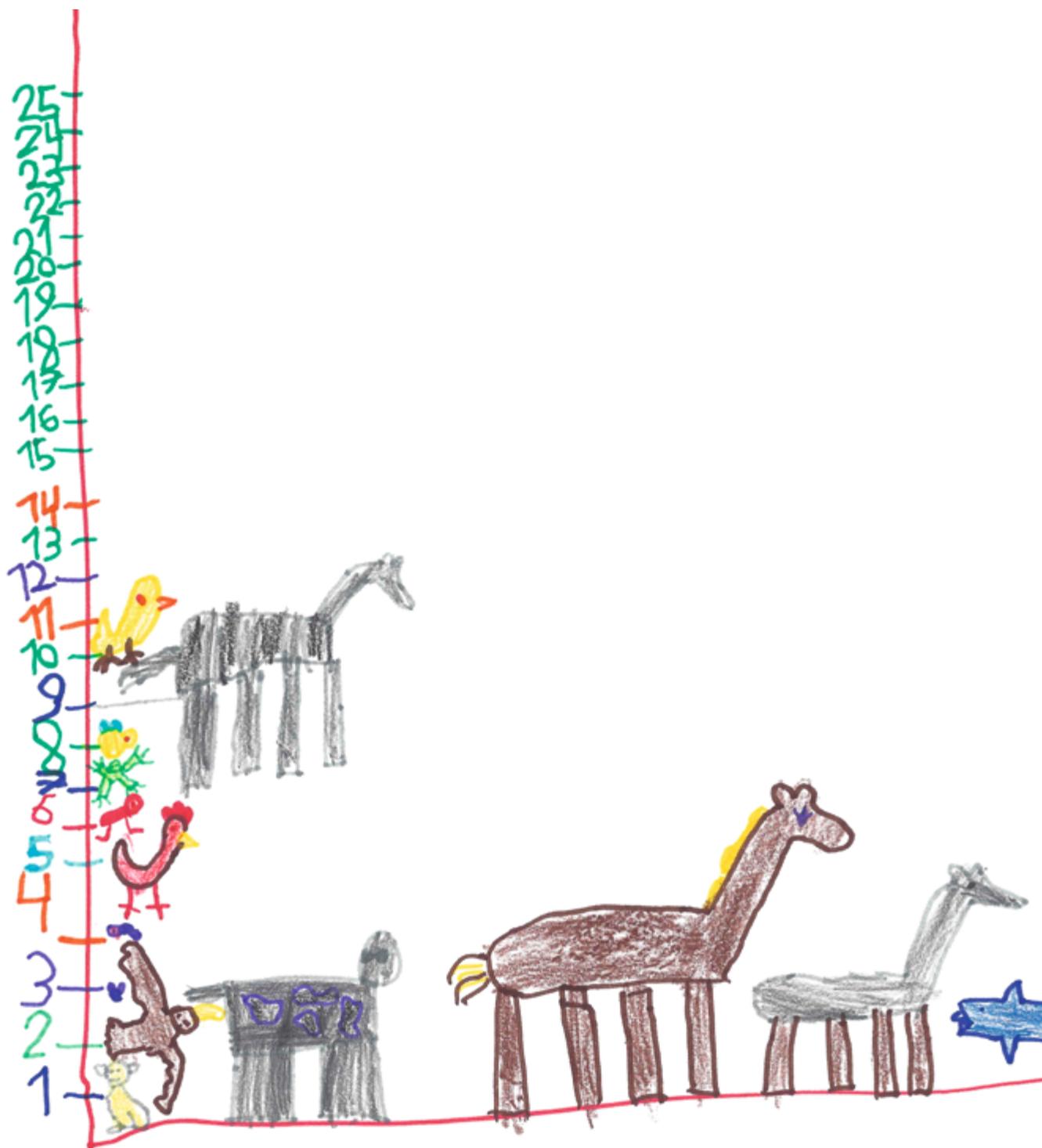
Mariana França Gouveia



2.

RELATÓRIO DE CONTAS





Balanço

Período findo a 31 de Dezembro de 2014

Euros

ACTIVO	Notas	Ano 2014	Ano 2013
Activo Não Corrente			
Outros activos financeiros	16.2	1.266	62
Activo Corrente			
Inventários	5.2	331.742	254.705
Clientes	6	174.481	91.403
Estado e Outros Entes Públicos	7.1	256.180	196.894
Outras contas a receber	8	44.047	64.023
Diferimentos	9.1	11.584	6.175
Outros activos financeiros	4	4.032.371	4.027.032
Caixa e depósitos bancários	4	3.988.720	3.956.773
Total do activo		8.840.391	8.597.067

FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO	Notas	Ano 2014	Ano 2013
Fundos patrimoniais			
Fundos			
Dotações de Fundadores	10	1.000.000	1.000.000
Resultado líquido do exercício		0	0
Total do fundo de capital		1.000.000	1.000.000
Passivo			
Passivo Corrente			
Fornecedores	11	559.556	1.077.543
Estado e Outros Entes Públicos	7.2	162.555	87.757
Outras contas a pagar	12	713.496	553.841
Diferimentos	9.2	6.404.784	5.877.926
Total do passivo		7.840.391	7.597.067
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		8.840.391	8.597.067

O Técnico Oficial de Contas (n.º 60077)

O Conselho de Administração



Handwritten signature in blue ink, likely representing the Council of Administration. The signature is stylized and includes the name 'David José F. M. M.' and other illegible text.

Demonstração dos resultados por natureza

Período findo a 31 de Dezembro de 2014

Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Ano 2014	Ano 2013
Vendas e serviços prestados	13.1	207.545	222.290
Subsídios, doações e legados à exploração	14	6.547.187	5.921.173
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	5.3	-342.848	-383.790
Fornecimentos e serviços externos	15	-5.117.237	-4.713.563
Gastos com o pessoal	16	-1.220.118	-966.471
Ajustamentos de inventários (perdas e reversões)	5.2	-75.903	-97.865
Aumentos/reduções de justo valor	19	5.339	1.652
Outros rendimentos e ganhos	13.3	6.751	8.103
Outros gastos e perdas	17	0	-4.205
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		10.716	-12.676
Gastos / reversões de depreciações e de amortização		0	0
Resultados operacional		10.716	-12.676
Juros e rendimentos similares obtidos	13.2	18.171	13.596
Juros e gastos similares suportados		0	0
Resultado antes de impostos		28.887	920
Imposto sobre o rendimento do período	7.2	-28.887	-920
Resultado líquido do período		0	0

O Técnico Oficial de Contas (n.º 60077)

O Conselho de Administração

Filipa Simões



Handwritten signatures and text, including the name 'Daniel José P. A. M.' and other illegible signatures.

Demonstração dos fluxos de caixa (método directo)

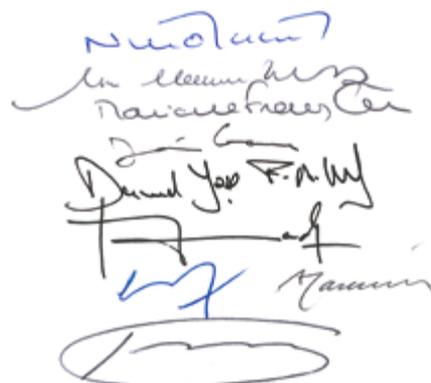
Período findo a 31 de Dezembro de 2014

	Ano 2014	Ano 2013
Actividades Operacionais (1)		
Recebimentos de Clientes e utentes	202.707	208.945
Pagamentos a Fornecedores	-1.216.612	-1.501.381
Pagamentos ao Pessoal	-570.307	-370.926
Impostos:	-665.366	-406.420
Retenção Impostos sobre o rendimento		
IRS Categoria A	-305.823	-205.402
IRS Categoria B	-73.658	-74.811
IRC Categoria E	-3.954	-8.675
Contribuições para a Segurança Social	-281.931	-117.532
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	-2.249.578	-2.069.782
Actividades de Investimento (2)		
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	23.510	13.429
Pagamentos respeitantes a:		
Outras operações de financiamento (Projectos)	-4.735.211	-3.446.914
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-4.711.701	-3.433.485
Actividades de Financiamento (3)		
Recebimentos provenientes de:		
Donativos	7.000.000	7.128.250
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos similares	-1.435	
Fluxos de caixa das actividades de financiamento(3)	6.998.565	7.128.250
Varição líquida de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	37.286	1.624.983
Caixa e seus equivalentes no início do período	7.983.805	6.358.822
Caixa e seus equivalentes no final do período	8.021.091	7.983.805

O Técnico Oficial de Contas (n.º 60077)

O Conselho de Administração

Filipa Diniz



 Daniel José F. M. M.



Anexo

Período findo em 31 de Dezembro de 2014

(montantes expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Fundação Francisco Manuel dos Santos, doravante designada por “Fundação”, é uma entidade de direito privado, de duração indeterminada, sem fins lucrativos, criada pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.A. (Fundadora) em 12 de Fevereiro de 2009, tendo a sua sede em Largo de Monterroio Mascarenhas, n.º 1, freguesia de Campolide, concelho e distrito de Lisboa.

A Fundação foi reconhecida através do Despacho n.º 13591/2009, de 5 de Junho de 2009, e declarada pessoa colectiva de utilidade pública pelo Despacho n.º 5159/2010 de 12 de Março de 2010, ambos emitidos pelo Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros.

No dia 1 de Março de 2013 foi publicado no diário da república, 2.ª série – N.º 43 – Bloco C, a confirmação do estatuto de utilidade pública da Fundação, o qual passou a reger-se pelo disposto na Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de Julho.

Foi aprovado pelo Conselho de Ministros, ofício n.º 3666/DAJD/2013, a escritura dos novos estatutos e dos novos órgãos sociais, realizada no dia 21 de Novembro de 2013 e publicada no portal do Ministério da Justiça.

O fim primordial da Fundação é o de promover e aprofundar o conhecimento da realidade portuguesa, procurando, contribuir para o desenvolvimento da sociedade, o reforço dos direitos dos cidadãos e melhoria das instituições públicas.

Neste âmbito, são desenvolvidos estudos em diversas áreas, com especial relevo para a demografia e população, condições sociais e económicas, desenvolvimento económico e social, saúde, educação, formação profissional, segurança social, Estado, instituições democráticas, entre outras.



2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Divulgação do Referencial Contabilístico utilizado na preparação das demonstrações Financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o regime de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (SNC-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, o qual integra o sistema de normalização contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho.

Sem prejuízo da aplicação da NCRF-ESNL em todos os aspectos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sempre que esta norma não responda a aspectos particulares que se coloquem à Entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro de transacções ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objectivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a Entidade recorre, tendo em vista tão somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada: (i) às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), (ii) às Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) e (iii) às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) e respectivas interpretações (SIC e IFRIC). Nas demonstrações financeiras anexas, elaboradas a partir dos registos contabilísticos da Entidade, foram consideradas as seguintes bases de preparação:

Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Entidade durante um período de pelo menos, mas sem limitação, doze meses a partir da data de balanço.

Regime da periodização económica (acrécimo)

Os itens são reconhecidos como activos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e critérios de reconhecimento.

Os rendimentos e os gastos são reconhecidos à medida que são respectivamente gerados ou incorridos, independentemente do momento da respectiva receita/recebimento ou despesa/pagamento.

Consistência de apresentação

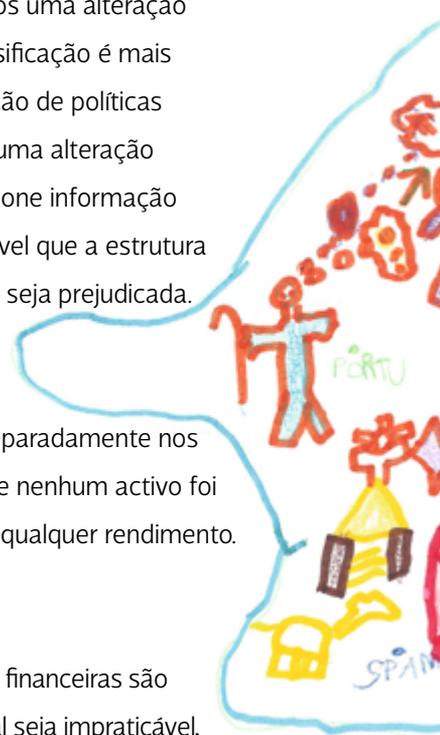
Os critérios de apresentação e de classificação de itens nas demonstrações financeiras são mantidos de um período para outro, a menos que (i) seja perceptível, após uma alteração significativa na natureza das operações, que outra apresentação ou classificação é mais apropriada, tendo em consideração os critérios para a selecção e aplicação de políticas contabilísticas contidas na NCRF-ESNL, ou (ii) a NCRF-ESNL estabeleça uma alteração na apresentação, e em todo o caso (iii) a apresentação alterada proporcione informação fiável e mais relevante das demonstrações financeiras e (iv) se for provável que a estrutura de apresentação revista continue de modo a que a comparabilidade não seja prejudicada.

Compensação

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum activo foi compensado por qualquer passivo e nenhum gasto foi compensado por qualquer rendimento.

Comparabilidade

Sempre que a apresentação e a classificação de itens das demonstrações financeiras são emendadas, as quantias comparativas são reclassificadas, a menos que tal seja impraticável, pelo que as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados na preparação das quantias das demonstrações financeiras apresentadas para o período de relato são comparáveis com os utilizados na preparação das quantias comparativas apresentadas. A Fundação exerce em simultâneo actividades tributáveis e isentas. Em períodos homólogos, o IVA suportado em operações não isentas, foi apresentado em separado na rubrica de outros gastos operacionais. No presente período, o critério de apresentação do IVA suportado, foi modificado, passando a ser apresentado nas notas em que as despesas associadas são divulgadas, pelo que para efeitos comparativos, procedeu-se à reexpressão dos valores apresentados dessas notas e, consequentemente nas Demonstração dos resultados do período homólogo.



2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogados e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

Na preparação das presentes demonstrações financeiras não foram excepcionalmente derogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL tendo em vista a necessidade de as mesmas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da Entidade.

2.3. Indicação e comentário das contas de balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Os conteúdos de todas as contas de balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com os do período anterior. Ressalvamos, no entanto, que em períodos homólogos o IVA suportado em operações não isentas, foi apresentado em separado na rubrica de outros gastos operacionais. No presente período, o critério de apresentação do IVA suportado, foi modificado, passando a ser apresentado nas notas em que as despesas associadas são divulgadas, pelo que para efeitos comparativos, procedeu-se à reexpressão dos valores apresentados nessas notas e, conseqüentemente na Demonstração dos resultados do período homólogo.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Aplicações Financeiras

Os fundos de tesouraria são registados ao valor de aquisição, sendo no final de cada exercício económico valorizados à cotação indicada pela entidade bancária.

b) Projectos Promovidos

Os gastos dos “Projectos Promovidos” (Nota 18), identificados por “Projectos Comissão Científica” e “Outros Programas”, são registados na rubrica de “Fornecimentos e serviços

– Projectos Promovidos” no período em que os mesmos são executados, independentemente do momento em que o desembolso foi ou venha a ser efectuado (Nota 15). Caso a atribuição dos projectos seja efectuada numa base plurianual, o respectivo gasto é reconhecido em função da evolução e concretização das várias fases. Os gastos dos projectos designados como “Publicações” (Ensaio e Anuário e Outras publicações) são registados na rubrica de Inventários e no Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (Nota 5).

c) Acréscimos e Diferimentos

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

d) Dotações de Fundadores

As dotações do Fundador são registadas no Fundo de capital na data da confirmação da sua atribuição, independentemente do seu recebimento efectivo. (Nota 10)

e) Subsídios à Exploração

As participações obtidas do Fundador para fazer face às despesas com projectos e ao funcionamento da Fundação são contabilizadas na rubrica de balanço “Diferimentos – Donativos” e imputados à conta de resultados na exacta medida das necessidades para cobrir os gastos incorridos em cada exercício (Nota 9.2).

4. FLUXOS DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Na Demonstração dos fluxos de caixa, o montante inscrito na rubrica “Caixa e seus equivalentes no final do período” é decomposto como apresentado abaixo:

	2014	2013
Numerário	2.223	3.400
Depósitos	3.986.497	3.956.773
SubTotal	3.988.720	3.956.773
Fundos de Tesouraria (Obrigações)	4.032.371	4.027.032
Total	8.021.091	7.983.805

5. INVENTÁRIOS

5.1 O movimento ocorrido na rubrica de Inventários foi o seguinte:

Rubricas	Movimentos do Exercício			
	Saldo inicial 31.12.13	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Inventários:				
Mercadorias – Ensaios	259.811	291.921	228.369	323.362
Mercadorias – Anuário e Outras Publicações	92.759	255.509	166.120	182.147
Total	352.569	547.429	394.490	505.509

“Diminuições” integra o CMVMC e Ofertas

O saldo final da rubrica Mercadorias – Ensaios:

Rubricas	2014	2013
Mercadoria Fundação	271.860	225.430
Mercadoria à Consignação	51.502	34.381
Total	323.362	259.811

O saldo final da rubrica Mercadorias – Anuário e Outras publicações:

Rubricas	2014	2013
Mercadoria Fundação	108.934	56.619
Mercadoria à Consignação	73.213	36.139
Total	182.147	92.758
Total Geral [1+2]	505.509	352.569



5.2 No período findo a 31 de Dezembro de 2014, a perda por imparidade no inventário dos Ensaio e Anuário e Outras publicações referente às edições dos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013 foi reconhecida em 100%, 75%, 50% e 25%, respectivamente, conforme se apresenta no quadro seguinte:

Rubricas	Custo	Imparidade	VRL 2014	VRL 2013
Inventários:				
Mercadorias – Ensaio	323.362	153.872	169.490	170.903
Mercadorias – Anuário e Outras publicações	182.147	19.895	162.252	83.892
Total	505.509	173.768	331.742	254.795

VRL – valor realizável líquido

O movimento da rubrica de imparidade é o seguinte:

Rubricas	Saldo Inicial 31.12.2013	Imparidade (reforço)	Saldo Final 31.12.2014
Imparidade:			
Mercadorias – Ensaio	88.907	64.965	153.872
Mercadorias – Anuário e Outras publicações	8.957	10.938	19.895
Total	97.865	75.903	173.768

5.3 O custo das mercadorias vendidas, no montante de 342.848 euros, foi apurado conforme se discrimina, pelos itens Ensaio e Anuário e Outras Publicações:

Movimentos no Período

Rubricas – Ensaio	Mercadorias
Existências iniciais	259.811
Compras/Regularizações	277.306
Existências finais	-323.362
Gastos no período [1]	213.755
Rubricas – Anuário e Outras Publicações	Mercadorias
Existências iniciais	92.759
Compras/Regularizações	218.481
Existências finais	-182.147
Gastos no período [2]	129.093
Gastos Totais	Mercadorias
Existências iniciais	352.569
Compras/Regularizações	495.787
Existências finais	-505.509
Gastos Totais [1]+[2]	342.848



Os inventários são mensurados pelo custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

6. CLIENTES

O saldo de clientes refere-se, exclusivamente, a valores a receber da venda das publicações literárias editadas pela Fundação.

	2014	2013
Clientes Gerais	174.481	91.403
Total	174.481	91.403

7. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A rubrica de Estado e outros entes públicos é composta da seguinte forma:

7.1 Activo

	2014	2013
Retenção na Fonte	7.616	8.675
IVA – A recuperar	248.564	188.219
Total	256.180	196.894



7.2 Passivo

	2014	2013
Imposto corrente	28.887	920
Retenções de imposto sobre o rendimento	94.985	70.333
Contribuições para a Segurança Social	38.456	16.437
Fundo de Garantia Compensação Trabalho	227	67
Total	162.555	87.757

A Fundação, como pessoa colectiva de utilidade de pública, encontra-se abrangida pela isenção contemplada na alínea c) do n.º 1 do artigo 10.º do Código do IRC, conforme despacho da Presidência do Conselho de Ministros, de 12 de Março de 2010 e confirmado pelo Despacho

n.º 3294/2013 de 29 de Janeiro, publicado no Diário da República II Série n.º 43 de 1 de Março de 2013.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social a partir de 2001). Deste modo, a declaração fiscal da entidade referente ao ano de 2014 poderá vir a ser sujeita a revisão, contudo é entendimento da Administração que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções, por parte das autoridades inspectivas, não terão efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

8. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:



	2014	2013
Acréscimo de Proveitos	0	19.569
Outras Contas a Receber:		
Juros a Receber	3.212	1.285
Outros Devedores	19.418	12.928
Fornecedores (Saldo Devedores)	21.417	30.241
Subtotal	44.047	44.454
Total	44.047	64.023



9. DIFERIMENTOS

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

9.1 Activo

	2014	2013
Gastos a reconhecer – Projectos	0	0
Outros gastos a reconhecer	11.584	6.175
Total	11.584	6.175



O valor de Outros Gastos a reconhecer corresponde a despesas com seguros e telecomunicações.

9.2 Passivo

	2014	2013
Subsídios à exploração	6.404.784	5.877.926
Total	6.404.784	5.877.926

O montante relevado na rubrica de “Diferimentos – Subsídios à exploração” corresponde ao valor das participações concedidas pelo Fundador ainda não utilizadas no financiamento da actividade da Fundação (gastos com projectos e gastos de funcionamento). A afectação destas participações ao resultado do período é efectuada em função do valor exacto dos gastos ocorridos no próprio período, na medida em que não puderem ser compensados por outros rendimentos

9.3 O movimento ocorrido na rubrica de Diferimentos – Subsídios à Exploração, desde o início da actividade da Fundação foi o seguinte:

	Subsídios Recebidos		Gastos Exercício		Subsídio Diferido
	2009 a 2013	2014	2009 a 2013	2014	2014
SFMS, SGPS, SA	24.000.001	7.000.000	18.122.076	6.473.141	6.404.784
Outras (A)	137.124	74.046	137.124	74.046	0
Total	24.137.125	7.074.046	18.259.200	6.547.187	6.404.784
Total geral		31.211.171		24.806.387	
Mapa de utilização das Doações:			Valor	Valor	
Projectos (Nota 18)			14.083.746	4.582.173	
Custos Funcionamento			4.175.454	1.965.014	
Total			18.259.200	6.547.187	

(A) As entidades referidas em “Outras” incluem Fundação Ciência e Tecnologia, Smurfit Kapp, SA, Santander Totta SA, Global Notícias.

No presente período foram despendidos 6.547.187 euros, dos quais 69,99% foram aplicados em projectos e os restantes 30,01% em custos de funcionamento. Do total gasto em anos anteriores (18.259.200 euros), 77,13% foram despendidos em projectos e 22,87% em custos de funcionamento (valor líquido de vendas e serviços prestados).

10. REALIZAÇÃO DO FUNDO (DOTAÇÕES) E VARIAÇÃO

A dotação de 1.000.000 euros foi totalmente realizada no exercício de 2009.

Durante o exercício não se registou quaisquer movimentos nas rubricas de fundos patrimoniais.

11. FORNECEDORES

A rubrica de fornecedores decompõe-se da seguinte forma:

	2014	2013
Fornecedores Conta Corrente	534.373	1.060.316
Consultores e Assesores	25.183	17.227
Total	559.556	1.077.543

12. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

	2014	2013
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar	197.155	114.718
Recibos Verdes – Segurança Social	22.244	24.752
Remunerações e Órgãos Sociais	147.000	190.933
Outros acréscimos de gastos	346.930	221.618
Subtotal	713.329	552.021
Outros Credores	167	1.820
Total	713.496	553.841



O valor de 197.155 euros, evidenciado na rubrica de “Remunerações a liquidar”, corresponde à estimativa dos encargos com férias e subsídio de férias a pagar em 2015, vencidas no exercício de 2014.

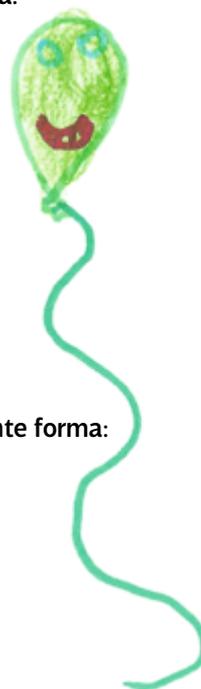
O valor da rubrica de “Remunerações e Órgãos Sociais” (147.000 euros) respeita à estimativa de remunerações de 2014 a pagar aos membros dos órgãos sociais em 2015.

A rubrica de “Outros acréscimos de gastos” inclui: i) o valor de 92.634 euros, correspondente a serviços realizados pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, no âmbito do projecto Pordata e de outros projectos e estudos; ii) o valor de 71.750 euros correspondente a gastos com prestação de serviços de recursos humanos (UN/JM – 51.222 euros e JMD/R – 20.528 euros); e iii) o valor de 182.546 euros, referente a gastos de rendas, comparticipação de gastos de condomínio e gastos de deslocalização.

13. CRÉDITO

13.1 A rubrica de Vendas e Serviços Prestados decompõe-se da seguinte forma:

	2014	2013
Venda de ensaios	84.328	98.927
Venda de anuários	27.516	39.453
Venda de outras publicações	76.382	47.068
Prestação de serviços – Evento Presente no Futuro	17.274	17.272
Prestação de serviços – Outros	2.045	19.570
Total	207.545	222.290



13.2 A rubrica de Juros e outros rendimentos similares decompõe-se da seguinte forma:

	2014	2013
De depósitos	16.643	13.428
De outras aplicações de tesouraria	1.528	168
Total	18.171	13.596

13.3 A rubrica de Outros rendimentos e ganhos decompõe-se da seguinte forma:

	2014	2013
Correcções relativas a períodos anteriores	6.751	7689
Outros	0	234
Total	6.751	8.103

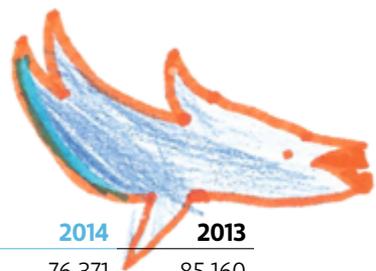
14. SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

Durante o período foram recebidas doações de 7.074.046 euros (Nota 9) dos quais foram imputados como rendimentos 6.547.187 euros:

	2014	2013
Subsídios do Fundador		
Sociedade Francisco Manuel dos Santos	6.473.141	5.790.673
Patrocínios de Outras Entidades		
Santander Totta, Global Notícias, Fundação Ciência e Tecnologia	74.046	130.500
Total	6.547.187	5.921.173



15. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS



Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

Designação	2014	2013
Gastos Gerais dos Projectos (Planeamento, Controlo, Adaptação SI)	76.371	85.160
Assessoria Jurídica	22.017	17.162
Assessoria Contabilística e Custos Associados	15.600	30.100
Revisão de contas	9.403	6.500
Rendas e Alugueres e Custos Associados	125.659	121.358
Deslocação e Estadas	7.432	9.567
Despesas de Representação	26.605	12.328
Honorários – Conselho Científico, Programas e Conselhos Editoriais	70.658	206.768
Prestação de Serviços – Recursos Humanos	259.110	263.947
Comunicação	28.549	22.321
Livros Documentação Técnica e Material Escritório	13.943	6.739
Doação de livros a entidades	51.738	44.691
Despesas Administrativas	73.155	47.701
Outros FSE	24.999	6.794
IVA suportado	148.578	147.956
Subtotal	953.815	1.029.092
Trabalhos Especializados – Projectos Promovidos	3.514.875	3.154.743
IVA suportado	648.547	529.728
Subtotal (Nota 18)	4.163.422	3.684.471
Total Sem IVA	4.320.112	4.035.879
Total IVA (Nota 17)	797.125	677.684
Total Geral	5.117.237	4.713.563

Conforme referido na Nota 2.3, procedeu-se à alteração do critério de apresentação do valor do IVA suportado na aquisição de fornecimentos e serviços externos, pelo que em consequência este gasto passou a estar divulgado na presente Nota em função da sua natureza (despesas de funcionamento ou despesas com os projectos promovidos). Em períodos homólogos, o referido IVA foi evidenciado na Nota 17.

16. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

16.1 Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

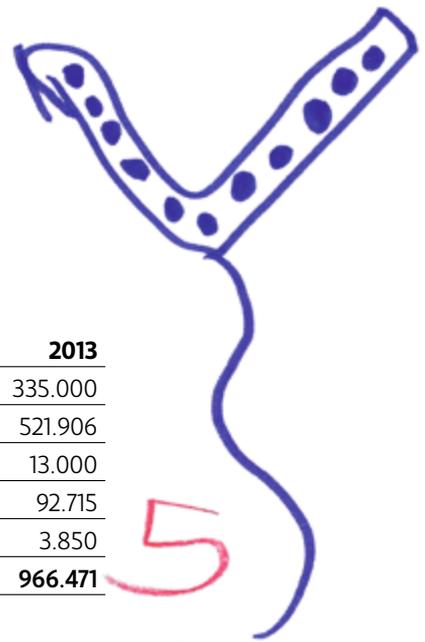
	2014	2013
Remunerações de órgãos sociais	536.920	335.000
Remunerações do pessoal	443.005	521.906
Senhas de Presença (A)	78.500	13.000
Encargos sobre remunerações	153.695	92.715
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	7.998	3.850
Total	1.220.118	966.471

O quadro de pessoal da Fundação integra 13 colaboradores dos quais 3 são membros do Conselho de Administração (Presidente e Vogais).

O valor das senhas de presença, atribuída aos membros do Conselho de Administração e Conselho de Curadores, constitui rendimento de trabalho dependente, categoria A, e como tal, está sujeito a retenção em sede de IRS e ao desconto de contribuições para a segurança social.

16.2 A Lei 70/2013, de 30 de Agosto, estabelece os regimes jurídicos do fundo de compensação do trabalho, do mecanismo equivalente e do fundo de garantia de compensação do trabalho, aplicável a todos os contratos celebrados após 1 de Outubro de 2013. No cumprimento da lei, o cálculo do fundo de compensação é efectuado através da aplicação da taxa de 0,925% ao salário base. O valor apurado é registado como um activo financeiro e diz respeito apenas a quatro trabalhadores:

	2014	2013
Activos Não Correntes		
Outros activos financeiros	1.266	62
Total	1.266	62



17. OUTROS GASTOS E PERDAS

Conforme referido na nota 2.3 e na nota 15 acima, o valor do IVA suportado com a aquisição de fornecimentos e serviços externos deixou de ser apresentado em separado, na rubrica de Outros gastos e perdas, e passou, neste exercício, a ser divulgado na nota de gastos que lhe estão associados. Assim, em resultado desta alteração, o valor relativo ao IVA suportado neste período (797.125 euros) e no período homólogo (677.684 euros), está, no presente Anexo, divulgado na nota 15.

18. PROJETOS PROMOVIDOS

A Fundação procedeu à reorganização dos projectos científicos que desenvolve, classificando-os em cinco áreas: Conhecimento, Desenvolvimento, Política, População e Sociedade e Políticas sociais.

Até ao final do período, foram aprovados os seguintes projectos, num total de 21.042.165 euros, e imputados os respectivos gastos (18.665.919 euros), que abaixo se discriminam:

Projectos	valores aprovados			valores realizados		
	2009-2013 ⁽¹⁾	2014	total	2009-2013 ⁽¹⁾	2014	total
Conhecimento		264.598	264.598		229.247	
Desenvolvimento		197.539	197.539		100.372	
Política		167.116	167.116		515.009	
População		115.414	115.414		103.756	
Sociedade e políticas sociais		43.105	43.105		25.480	
Total Projectos C. Científica	5.200.581	787.774	5.988.355	3.832.572	973.864	4.806.436
Debates, Documentários e outros Projectos	826.457	19.714	846.171	462.010	119.973	581.983
Portais	4.015.238	920.555	4.935.793	3.466.969	1.032.394	4.499.363
Presente no Futuro	4.465.392	1.848.590	6.313.982	4.414.305	1.849.084	6.263.389
Rep. e Sistemas		169.422	169.422		188.107	188.107
Total Outros Programas	9.307.087	2.958.282	12.265.369	8.343.284	3.189.558	11.532.842

Projectos	valores aprovados			valores realizados		
	2009-2013 ⁽¹⁾	2014	total	2009-2013 ⁽¹⁾	2014	total
Total Projectos	14.507.668	3.746.056	18.253.724	12.175.856 ⁽³⁾	4.163.422	16.339.278
Verba a cativar						1.914.446
Publicações⁽²⁾	2.073.590	714.851	2.788.441	1.907.890 ⁽⁴⁾	418.751	2.326.641
Verba a cativar						461.800
Total Geral	16.581.258	4.460.907	21.042.165	14.083.746	4.582.173	18.665.919
Verba a cativar						2.376.246

(1) Damos nota de que os valores apresentados nestas colunas não englobavam, no período homólogo, o valor do IVA. No presente Anexo, optou-se por divulgar os montantes com a inclusão daquele imposto por ser um gasto da Fundação (actividade isenta – IVA suportado). Assim, no período transacto, o valor divulgado para os projectos aprovados de 2009 a 2013 no valor de 14.132.500 euros corresponde, agora, ao valor de 16.581.258 euros, e os valores de gastos de 2009 a 2013 no valor de 12.006.132 euros, corresponde, na actual nota, ao montante de 14.083.746 euros.

(2) Os valores apresentados para as publicações não incluem IVA por respeitarem a uma actividade tributável e, por conseguinte, o IVA suportado nas aquisições são deductíveis (regime *pro rata*).

(3) Os gastos realizados em 2014, no montante de 4.163.422 euros, correspondem às despesas com projectos, registados na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos (Nota 15).

(4) O valor de gastos com publicações Integra o Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas, no montante de 342.848 euros (Nota 5.3) e o montante de 75.903 Euros (Nota 5.2) referente ao reforço da imparidade das mercadorias publicadas em anos anteriores.

Resumo	2014	2013
Projectos Aprovados com Projectos de Desembolso de Capital (PDC)	21.042.165	16.581.258
Valores Gastos	-18.665.919	-14.083.746
Verba a Cativar (para 2015)	2.376.246	2.126.368

Para a verba a cativar de 2.376.246 euros, relativa aos projectos aprovados com Proposta de Desembolso de Capital (PDC) estão disponíveis 8.021.091 euros, aplicados em Obrigações e Depósitos a Prazo e à Ordem, conforme discriminação abaixo:

	2014	2013
Depósitos a Prazo e à Ordem	3.988.720	3.956.773
Aplicações Financeiras (Obrigações)	4.032.371	4.027.576
	8.021.091	7.983.805

19. AUMENTOS E REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

A rubrica de Aumentos de Justo Valor compreende os ganhos obtidos com a valorização de instrumentos financeiros (Fundos de Tesouraria) de acordo com a cotação indicada pelas instituições financeiras que gerem a respectiva carteira.

	2014	2013
Aumentos/Reduções de Justo Valor		
Outros gastos e perdas	5.339	1.652
Total	5.339	1.652

20. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

Os honorários pagos ao ROC, ascenderam a 6.500 euros e referem-se ao último trimestre de 2013 e ao período de Janeiro a Setembro de 2014.

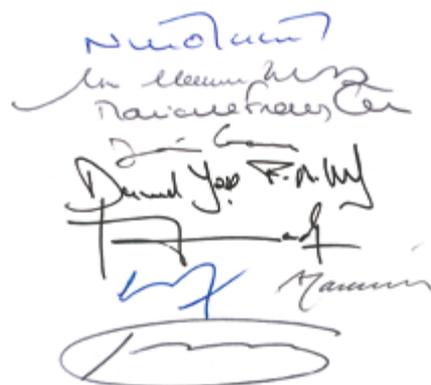
21. EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DO BALANÇO

Até à data da conclusão deste relatório não ocorreram acontecimentos que mereçam destaque para a leitura das demonstrações financeiras em anexo.

O Técnico Oficial de Contas (n.º 60077)



O Conselho de Administração





Certificação das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da **Fundação Francisco Manuel dos Santos**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014, (que evidencia um total de 8.840.391 Euros e um total de Fundos patrimoniais de 1.000.000 Euros, incluindo um resultado líquido nulo), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Fundação, o resultado das suas operações, a alteração nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; ii) a apreciação

FFMS

2

sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião sobre aquelas demonstrações financeiras.

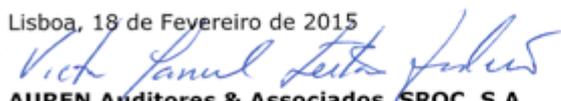
6. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira do Relatório de actividades com as demonstrações financeiras.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Fundação Francisco Manuel dos Santos**, em 31 de Dezembro de 2014, e o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios e práticas contabilísticas geralmente aceites em Portugal para as entidades do sector não lucrativo.

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de actividades é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 18 de Fevereiro de 2015



AUREN Auditores & Associados, SROC, S.A.

Representada por

Victor Manuel Leitão Ladeiro R.O.C. (n.º 651)

**Relatório e Parecer
do
Conselho Fiscal**

Ao Conselho de Curadores

Em cumprimento das disposições estatutárias, vimos, no exercício das nossas competências, apresentar o relatório sobre a acção fiscalizadora que efectuámos e dar o Parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração da **Fundação Francisco Manuel dos Santos** (doravante designada por Fundação), relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

Acompanhámos o desenvolvimento da actividade da Fundação, desde a sua constituição em 12 de Fevereiro de 2009, procedendo à verificação dos registos contabilísticos e documentos de suporte, tendo sempre obtido da Administração, os esclarecimentos, as informações e os documentos solicitados.

Verificámos que as demonstrações financeiras, incluídas no conjunto dos documentos de prestação de contas, foram preparadas de acordo com as normas contabilísticas geralmente aceites em Portugal e obedeceram aos preceitos legais adoptados, exprimindo dessa forma a correcta situação patrimonial da Fundação.

Analísámos, também, o relatório do Conselho de Administração, que relata os aspectos mais significativos das actividades e acções que foram e serão desenvolvidas pela Fundação.

Ressalvamos que o Parecer deste Conselho Fiscal está suportado na opinião emitida (que anexamos) sobre as demonstrações financeiras supra referidas pelo vogal AUREN Auditores & Associados, SROC, S.A., em resultado da incumbência que lhe foi atribuída face às competências técnicas que detém.

Face ao exposto, damos o nosso Parecer no sentido de que sejam aprovados em Conselho de Curadores o Relatório de actividades, emitido pelo Conselho de Administração, e as contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

Lisboa, 18 de Fevereiro de 2015

O CONSELHO FISCAL,



Dr. Luís Maria Viana Palha da Silva
Presidente



Dr.ª Paula Prado
Vogal



AUREN Auditores & Associados, S.R.O.C., S.A.
Representada por: Dr. Victor Manuel Leitão Ladeiro (R.O.C. n.º 651)
Vogal



3.

ANEXOS





Anexo I

Carta de Princípios

A Fundação Francisco Manuel dos Santos propõe-se pensar, estudar e contribuir para o melhor conhecimento da realidade portuguesa. É seu propósito colaborar no esforço de resolução dos problemas da sociedade, em benefício de todos os portugueses e das gerações futuras.

Para alcançar esse objectivo, a Fundação Francisco Manuel dos Santos promoverá a realização de estudos, trabalhos de investigação e outras iniciativas que, obedecendo aos mais elevados padrões de rigor e qualidade, permitam uma melhor compreensão da realidade, apresentem soluções concretas e recomendações para os decisores, aprofundem o debate em torno dos grandes problemas nacionais e contribuam para a justiça, para o desenvolvimento e para o reforço da coesão social.

A actividade da Fundação Francisco Manuel dos Santos será norteada pelos princípios da dignidade da pessoa humana e da solidariedade social e pelos valores da democracia, da liberdade, da igualdade de oportunidades, do mérito e do pluralismo.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos actuará com absoluta independência relativamente a todos os poderes públicos e privados, ideologias, correntes de opinião, tendências filosóficas, credos ou confissões religiosas. Os seus órgãos são os garantes do cumprimento das normas estatutárias, designadamente da sua independência.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos considera essencial promover um envolvimento mais activo da sociedade civil na reflexão e na resolução dos problemas nacionais, pelo que envidará todos os esforços para dar aos cidadãos o mais amplo conhecimento das suas iniciativas e projectos. Nesse sentido, a Fundação Francisco Manuel dos Santos procurará fornecer à sociedade portuguesa informação clara, objectiva e rigorosa sobre os resultados das suas actividades, garantindo ainda a máxima transparência quanto à sua organização, os seus fins, as suas fontes de financiamento e as suas actividades.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos entende que a realização de debates públicos alargados e plurais em torno das suas recomendações é um objectivo tão importante quanto a realização de estudos e trabalhos de investigação.

Na prossecução das suas actividades, a Fundação Francisco Manuel dos Santos procurará ser fiel ao compromisso de responsabilidade social que constitui a sua missão, tal como foi definida pelos Fundadores.

Anexo II

Código de Boas Práticas

I - DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS

2



A Fundação Francisco Manuel dos Santos, constituída em 12 de Fevereiro de 2009, é uma instituição sem fins lucrativos que tem como fim primordial promover e aprofundar o conhecimento da realidade portuguesa, procurando desse modo contribuir para o desenvolvimento da sociedade, o reforço dos direitos dos cidadãos e a melhoria das instituições públicas. A Fundação acredita que o incremento do pensamento e do estudo sobre a realidade nacional pode contribuir decisivamente para o seu melhor conhecimento e, dessa forma, para a resolução dos seus problemas, em benefício de todos os portugueses da geração presente e das gerações futuras.

Com vista a alcançar estes seus propósitos, e sem prejuízo da realização de outras iniciativas adequadas à prossecução dos seus fins, a Fundação Francisco Manuel dos Santos dedica-se e continuará a dedicar-se a promover a realização de estudos, trabalhos de investigação e outras iniciativas nas mais diversas áreas, que – assegurando os mais elevados padrões de rigor científico, qualidade e independência de análise – tenham por escopo elaborar uma análise profunda e conhecedora de temas relevantes para a nossa sociedade, apresentando soluções concretas e recomendações para os decisores, aprofundando o debate em torno dos grandes problemas nacionais, e, desse modo, contribuindo para a justiça, para o desenvolvimento e para o reforço da coesão social.

Por meio destas obras, estudos e projectos – os quais, por imperativo inderrogável, devem traduzir uma real pluralidade de opiniões e garantir a liberdade crítica e de expressão dos seus autores – a Fundação Francisco Manuel dos Santos espera melhorar o conhecimento

da realidade nacional, sobretudo junto da sociedade civil, cujo envolvimento activo na reflexão e na resolução dos problemas nacionais se afigura essencial para a sua digna resolução.

Aliás, justamente com vista a promover esse envolvimento, a Fundação Francisco Manuel dos Santos compromete-se ainda a envidar todos os esforços para dar aos cidadãos o mais amplo conhecimento das suas iniciativas e projectos. Nesse sentido, a Fundação Francisco Manuel dos Santos procurará fornecer à sociedade portuguesa informação clara, objectiva e rigorosa sobre os resultados das suas actividades e iniciativas, garantindo ainda, deste modo, a máxima transparência quanto à sua organização, os seus fins, as suas fontes de financiamento e as suas actividades. Para além disso, a Fundação Francisco Manuel dos Santos promoverá ainda a realização de debates públicos alargados e plurais em torno das suas recomendações, cuja concretização considera tão importante quanto a realização dos estudos e trabalhos de investigação acima mencionados.

As áreas nas quais a Fundação Francisco Manuel dos Santos pretende focar a sua actividade são muito variadas, embora se devam destacar – por consistirem naquelas onde a intervenção da Fundação Francisco Manuel dos Santos assume tendencialmente maior relevo – as áreas da demografia e população, condições sociais e económicas, desenvolvimento económico e social, saúde, educação, formação profissional, segurança social, Estado, identidade nacional, administração pública, direitos e deveres dos cidadãos, cidadania e instituições democráticas, relações laborais, organização do território, cidades, a questão social, coesão social, desigualdades e conflito, justiça, políticas económicas e sociais, instituições públicas, grandes serviços públicos, relações entre o Estado e os cidadãos, acesso à cultura, informação e comunicação social.

A actividade da Fundação Francisco Manuel dos Santos é, e sempre será, norteadada pelos princípios da dignidade da pessoa humana e da solidariedade social e pelos valores da democracia, da liberdade, da igualdade de oportunidades, do mérito e do pluralismo.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos actua, e sempre actuará, com absoluta independência relativamente a todos os poderes públicos e privados, ideologias, correntes de opinião, tendências filosóficas, credos ou confissões religiosas. Os seus órgãos funcionarão como os garantes do cumprimento das normas estatutárias, designadamente da sua independência.

Na prossecução das suas actividades, a Fundação Francisco Manuel dos Santos procurará ser fiel ao compromisso de responsabilidade social que constitui a sua missão, tal como foi definida pela Fundadora.

II – CÓDIGO DE BOAS PRÁTICAS

A – Princípios de ética e conduta profissional

A Fundação Francisco Manuel dos Santos orientará a prossecução dos seus objectivos por princípios de ordem ética e deontológica, de onde se destacam os princípios da dignidade da pessoa humana e da solidariedade social, da responsabilidade social, do respeito pelos valores da democracia, da liberdade, da igualdade de oportunidades, do mérito e do pluralismo.

Legalidade

A Fundação Francisco Manuel dos Santos actuará sempre de acordo com a lei e em conformidade com os seus estatutos, comprometendo-se a cumprir todas as obrigações que lhe sejam impostas pela lei portuguesa e/ou por outros instrumentos normativos internacionais que lhe sejam legalmente aplicáveis.

Nos termos previstos nos estatutos, a Fundação não poderá conceder donativos ou por outros meios promover quaisquer actividades de prestação de cuidados de saúde, beneficência, desporto, criação artística, expressão cultural, educação, formação académica ou profissional, investigação científica individual, nem contribuir para custos gerais e correntes de entidades ou organizações, construção de edifícios, aquisição de equipamentos e viaturas, aluguer de instalações, participação em conferências e congressos, espectáculos, actividades de cariz político ou partidário, associativismo profissional, nem colaborará em apelos públicos de recolha de fundos, organização de exposições ou museus e preservação do património cultural ou edificado.

Imparcialidade e independência

A Fundação Francisco Manuel dos Santos agirá sempre de forma imparcial e independente, abstendo-se de praticar qualquer acção que prejudique o público e de qualquer tratamento preferencial ou discriminatório, quaisquer que sejam os seus motivos.

Os membros do órgão de administração e demais órgãos sociais da Fundação Francisco Manuel dos Santos, bem como todos os seus colaboradores, deverão ser idóneos, independentes e não atender a interesses pessoais, familiares ou a pressões políticas, sociais ou económicas, ou de qualquer outra natureza.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos é independente da Família Soares dos Santos, bem como do Grupo Jerónimo Martins, não podendo estas entidades intervir nas políticas de gestão, nem nas orientações científicas da Fundação seja a que título for.

Sem prejuízo do disposto anteriormente, a Fundação Francisco Manuel dos Santos procurará, a cada momento, assegurar a presença de representantes da Família Soares dos Santos nos seus órgãos sociais.

Igualdade de oportunidades

A Fundação Francisco Manuel dos Santos compromete-se a respeitar o princípio de igualdade de oportunidades. A avaliação de quaisquer desempenhos individuais, projectos ou quaisquer acções desenvolvidas ou contratadas deverá ser feita exclusivamente com base no mérito, valorizando-se critérios objectivos definidos em sede própria.

Não é permitida qualquer forma de discriminação individual (em função da etnia, género, religião, idade, condição social ou outra) ou qualquer tipo de ofensa à dignidade e integridade da pessoa humana por parte de qualquer colaborador da Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Os colaboradores da Fundação Francisco Manuel dos Santos devem promover a todo o tempo os direitos humanos e liberdades fundamentais e garantir o respeito pela igualdade de tratamento.

Diligência e eficiência

A Fundação Francisco Manuel dos Santos actuará de forma a conquistar, manter e reforçar a confiança do público, pugnando pela afirmação de uma posição institucional de rigor e de qualidade. A Fundação Francisco Manuel dos Santos manterá uma organização e funcionamento eficientes, assegurando a gestão e utilização dos seus recursos segundo métodos e procedimentos de investimento prudentes e sustentáveis.

Os colaboradores da Fundação Francisco Manuel dos Santos devem cumprir com zelo e eficiência as funções profissionais que lhes sejam atribuídas e os deveres que lhes sejam impostos pela Fundação, bem como ser coerentes, no seu comportamento, com os princípios orientadores da actividade da Fundação Francisco Manuel dos Santos.

No relacionamento com o público, os colaboradores da Fundação Francisco Manuel dos Santos deverão demonstrar disponibilidade, eficiência, correcção e cortesia, procurando

assegurar que, na medida do possível, o público obtenha as informações que solicita de forma completa, rigorosa e eficiente em tempo útil, e fomentando, sempre que possível, a agilização de processos.

Os colaboradores deverão assegurar o cumprimento de todos os contratos estabelecidos pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, respeitando os prazos acordados e garantindo que os serviços prestados apresentam a qualidade que deve estar sempre presente nas acções promovidas pela Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Os colaboradores da Fundação Francisco Manuel dos Santos deverão ainda assumir um comportamento de lealdade para com a Fundação, empenhando-se em salvaguardar a sua imagem e reforçar o seu prestígio.

Transparência

Consciente de que a transparência e idoneidade da Fundação Francisco Manuel dos Santos, assim como a sua credibilidade e confiança junto da sociedade civil, constituem condições essenciais para o pleno cumprimento da sua missão, a Fundação Francisco Manuel dos Santos compromete-se a actuar de modo transparente na prossecução dos seus fins e desenvolvimento das suas actividades, e a adoptar práticas exigentes de prestação de contas. A Fundação Francisco Manuel dos Santos compromete-se a envidar todos os esforços para dar aos cidadãos o mais amplo conhecimento das suas iniciativas e projectos e a apresentar informação correcta, rigorosa, completa e objectiva sobre os seus resultados.

No site da Fundação Francisco Manuel dos Santos (www.ffms.pt) é disponibilizado, de forma clara e transparente, um avultado volume de informação institucional e relacionada com as actividades realizadas.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos dará ainda a conhecer os seus Relatórios de Actividades e Contas, na sequência das auditorias realizadas por uma entidade externa, nos termos da legislação aplicável.

Monitorização e avaliação

A Fundação Francisco Manuel dos Santos assegurará mecanismos de monitorização adequada e avaliação regular dos resultados das suas actividades e programas, bem como do cumprimento e implementação dos princípios de boas práticas constantes do presente Código.



Responsabilidade social

A Fundação Francisco Manuel dos Santos compromete-se a actuar de modo a respeitar o ambiente, natural e social, e promover o seu desenvolvimento sustentável. A Fundação Francisco Manuel dos Santos adoptará, na medida do possível, comportamentos de protecção ambiental, de respeito pela ética do trabalho e pela defesa do meio ambiente, procurando minimizar o impacto ambiental das suas actividades.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos assegurará a todo o tempo boas condições de trabalho e os níveis de segurança necessários à protecção da saúde e bem-estar dos seus Colaboradores. A Fundação Francisco Manuel dos Santos compromete-se ainda a procurar sensibilizar e consciencializar os seus colaboradores para a adopção de comportamentos ambientalmente responsáveis, e, bem assim, para a necessidade de observar e cumprir as leis, regras e regulamentos existentes em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho.

Relação com as autoridades, instituições e comunidade local

As relações com quaisquer autoridades devem reger-se pela transparência, rigor e colaboração aberta e sem preconceitos.

Os contactos, formais ou informais, com representantes de outras instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, deverão reflectir a todo o momento as orientações e as posições da Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Participação Política

Os membros dos órgãos sociais e colaboradores da Fundação Francisco Manuel dos Santos podem livremente exercer todos os seus direitos cívicos, mediante a participação em actividades políticas ou de outra natureza a título individual; porém, o seu exercício não deverá interferir com o trabalho que desempenham na Fundação Francisco Manuel dos Santos, nem deverão as suas acções ser atribuídas e/ou associadas à Fundação.

Os membros dos órgãos da Fundação que exerçam funções governamentais ou equiparadas suspendem as suas funções na FFMS.

Do mesmo modo, está vedado aos membros dos órgãos sociais e colaboradores da Fundação Francisco Manuel dos Santos a utilização de recursos da Fundação para fins pessoais, relativos ao exercício de direitos cívicos ou não.

De modo a acautelar-se o carácter de independência da Fundação Francisco Manuel dos Santos, não serão acolhidas nem apoiadas acções político-partidárias consubstanciadas em campanhas eleitorais ou quaisquer outras acções de promoção de candidatos ou partidos políticos, havendo todavia, respeito pelas posições que cada membro dos órgãos sociais e colaboradores tomem publicamente a título pessoal.

B – Conflitos de Interesses

Os membros dos órgãos sociais e colaboradores da Fundação Francisco Manuel dos Santos deverão evitar qualquer situação susceptível de originar, directamente ou indirectamente, conflitos de interesses.

Existe conflito de interesses actual ou potencial sempre que os colaboradores tenham um interesse pessoal ou privado em determinada matéria que possa influenciar, ou aparentar influenciar, o desempenho imparcial e objectivo das suas funções profissionais.

Por interesse pessoal ou privado, entende-se qualquer potencial vantagem para o próprio, para os seus familiares e afins ou para empresa em que estes tenham interesses ou instituições a que pertençam.

Todas as situações que surjam no decorrer da actividade profissional dos colaboradores da Fundação Francisco Manuel dos Santos e que possam eventualmente originar situações de conflito de interesses deverão, uma vez identificadas, ser imediatamente reportadas ao Conselho de Administração.

C – Administração e gestão financeira

Administração

A Fundação Francisco Manuel dos Santos compromete-se a ser administrada por um órgão de administração autónomo, identificável e independente – do qual faz parte uma comissão executiva –, cujos membros e respectivo presidente são nomeados pelo Conselho de Fundadores, de acordo com princípios e procedimentos previamente estabelecidos.

Os membros do Conselho de Administração devem ser os principais exemplos da concretização dos presentes princípios e deverão orientar a sua conduta pelos interesses centrais da instituição e nunca pelos seus interesses pessoais ou motivados por objectivos de benefício próprio.

Os membros do Conselho de Fundadores devem velar pelo cumprimento dos estatutos da Fundação e pelo respeito da vontade da Fundadora.

Os mandatos dos membros dos órgãos sociais da Fundação Francisco Manuel dos Santos não poderão ser vitalícios, excepto no que diz respeito ao presidente do Conselho de Fundadores, se criado com essa expressa natureza.

Não haverá sobreposição de competências entre os órgãos da Fundação Francisco Manuel dos Santos, não podendo os membros dos órgãos sociais da Fundação exercer, simultaneamente, mais do que um cargo, salvo disposição em contrário dos Estatutos da Fundação.

Gestão Financeira

É promovida uma organização e um funcionamento eficiente, que assegure desde logo uma gestão e utilização criteriosa e sustentável dos recursos que são alocados à Fundação Francisco Manuel dos Santos, nomeadamente pela Fundadora, mediante procedimentos e métodos de investimento sensatos e prudentes.

O Conselho de Administração seguirá uma política de apenas efectuar aplicações seguras, sem risco ou de risco muito reduzido. Igualmente prosseguirá com determinação a intenção de cativar os fundos afectos a projectos por toda a sua duração.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos e todos os seus órgãos comprometem-se a não contribuir para criar custos administrativos que prejudiquem ou obriguem a terminar projectos e programas criados em prol da comunidade, devido ao montante excessivo que comportam e que coloquem em causa a própria existência da Fundação.

D – Divulgação do código de boas práticas

A Fundação Francisco Manuel dos Santos compromete-se a divulgar o presente Código junto dos seus Colaboradores e, ainda, a disponibilizar uma versão do presente Código, integral ou parcial, no *site* da Fundação (www.ffms.pt).

Com vista ao estrito cumprimento dos princípios ora elencados, os Colaboradores da Fundação Francisco Manuel dos Santos podem e devem solicitar esclarecimentos e orientações ao Conselho de Administração sempre que surja uma situação prática que ameace a observância rigorosa deste Código.

Anexo III

Princípios de Funcionamento

À luz do disposto na Lei n.º 24/2012, de 9 de Julho (Lei-Quadro das Fundações), nos Estatutos da Fundação Francisco Manuel dos Santos e no seu Regulamento Interno, os presidentes do Conselho de Curadores, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da referida Fundação decidiram enunciar os princípios orgânicos e funcionais que devem nortear a actividade a desenvolver pelos diversos órgãos e colaboradores da Fundação, com vista a dar pleno cumprimento à vontade expressa dos Fundadores:

1 – PRINCÍPIOS ORGÂNICOS

1.1 – Nos termos legais e estatutários, o Conselho de Curadores (CC) e, por delegação, o seu Presidente:

- a) Aprova a Estratégia da Fundação, num horizonte plurianual;
- b) Aprova o Orçamento anual da Fundação;
- c) Aprova as linhas gerais da estrutura orgânica da Fundação;
- d) Aprova as Contas da Fundação, após parecer do Conselho Fiscal;
- e) Aprova a as linhas gerais da política de recursos humanos da Fundação.



1.2 – As propostas para aprovação no Conselho de Curadores devem resultar de um diálogo entre o Presidente do Conselho de Curadores, o Presidente do Conselho de Administração e o Presidente da Comissão Executiva, os quais devem reunir regularmente para este fim.

1.3 – Para além das competências estatutárias e legais, o Conselho Fiscal (CF), por delegação no director financeiro da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, deve proceder ao controlo do Fundo de Reserva, cuja competência de gestão corrente pertence ao Conselho de Administração.

1.4 – O Comité de Remunerações deve aprovar a remuneração dos membros dos diversos Conselhos, sob proposta do Presidente do Conselho de Curadores.

1.5. – O Conselho de Administração:

- a) Assegura, perante os demais órgãos da Fundação e perante os Fundadores, o cumprimento da missão da Fundação e a prossecução dos fins para que foi criada;
- b) Delibera sobre a proposta de Estratégia, Orçamento e Contas a submeter ao Conselho de Curadores.

1.6. – Nos termos estatutários, o Conselho de Administração actua por delegação de poderes na Comissão Executiva, quanto às matérias de gestão corrente da Fundação e dentro dos limites de actuação desta, designadamente de ordem financeira, definidos pelo próprio Conselho de Administração.

1.7. – A Comissão Executiva não detém poderes próprios para aprovar a Estratégia, o Orçamento, as linhas gerais da estrutura orgânica e a política de recursos humanos da Fundação, os quais serão, nos termos do ponto 1.1., sob proposta do Conselho de Administração, aprovados pelo Conselho de Curadores.

1.8. – Para efeitos do ponto anterior, a Comissão Executiva deve elaborar os projectos de propostas de Estratégia, Orçamento, linhas gerais da estrutura orgânica e política de recursos humanos da Fundação, que submeterá ao Conselho de Administração, tendo este último órgão um dever especial, perante o Conselho de Curadores, de supervisão e controlo das orientações gerais das diversas políticas da Fundação que ultrapassem os níveis e os limites definidos de gestão corrente.

1.9. – A Comissão Executiva é responsável:

- a) Pela gestão corrente da Fundação, dentro dos limites definidos, designadamente de ordem financeira;

- b) Pelas iniciativas científicas e culturais da Fundação;
- c) Pelo cumprimento das políticas aprovadas e pela execução do Orçamento.

2 – PRINCÍPIOS FUNCIONAIS

2.1. – Princípio da responsabilidade solidária: as decisões da Fundação devem, em regra, ser tomadas por dois membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva.

2.2. – Princípio da separação de poderes: os responsáveis pela concretização de políticas e medidas devem ser distintos dos responsáveis pela sua fiscalização e controlo.

2.3. – Princípio da transparência: todas as situações de eventuais conflitos de interesses, pessoais ou funcionais, devem ser comunicadas ao Presidente do Conselho de Curadores.

2.4. – Princípio da disciplina orçamental: todas as decisões envolvendo gastos e despesas devem estar orçamentadas e pautarem-se por critérios de rigor, transparência e contenção de custos, devendo, para tal, ser elaborados, com periodicidade trimestral, relatórios de execução do orçamento e de despesas efectuadas.

As rubricas orçamentais incluirão sempre uma pequena margem, não superior a 10% do total, para gastos não previstos. O orçamento geral do Fundação incluirá sempre uma verba, entre 5% e 10% do total, para projectos, actividades e iniciativas não previstas.

2.5. – Princípio da hierarquia de intervenção: todas as decisões, designadamente a autorização de propostas e aprovação de projectos, a efectivação de despesas e outras decisões dessa natureza devem ser aprovadas pela entidade hierarquicamente superior à proponente, seja esta última uma entidade individual ou uma unidade orgânica da Fundação.



Anexo IV

Declaração de Utilidade Pública de 2010 e Ratificação de 2013



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

Despacho

Declaração de Utilidade Pública

A **Fundação Francisco Manuel dos Santos**, pessoa colectiva de direito privado n.º 508867380, com sede em Lisboa,

Promove e aprofunda o conhecimento da realidade portuguesa, procurando desse modo contribuir para o desenvolvimento da sociedade, o reforço dos direitos dos cidadãos e a melhoria das instituições públicas, através da elaboração de estudos sobre temas seleccionados, publicando os resultados no site Prodata, formulando recomendações e fomentando a discussão pública sobre as matérias que são objecto dos trabalhos, com especial relevo nas áreas da demografia e da população, condições sociais e económicas, desenvolvimento económico e social, saúde, educação, formação profissional, segurança social, Estado, identidade nacional, administração pública, direitos e deveres dos cidadãos, cidadania e instituições democráticas, relações laborais, organização do território, as cidades, a questão social, coesão social, desigualdades e conflito, justiça, políticas económicas e sociais, as instituições públicas, os grandes serviços públicos, as relações entre o Estado e os cidadãos, acesso à cultura, informação e comunicação social.

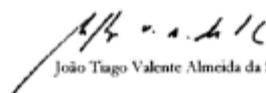
Instituída e reconhecida há cerca de um ano, a Fundação Francisco Manuel dos Santos prossegue, assim, fins de interesse geral e desenvolve, sem fins lucrativos, a sua intervenção em favor da comunidade em áreas de relevo social.

Tratando-se de uma fundação, não tem aplicação o prazo de três anos previsto no n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de Dezembro, o qual podia, no entanto, ser dispensado visto estarem reunidas as condições das alíneas a) e b) do n.º 3 do mesmo artigo.

Por estes fundamentos, conforme exposto na informação final do processo administrativo n.º 132/UP/2009 instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, e no uso dos poderes que me foram subdelegados pelo Ministro da Presidência através do Despacho n.º 4213/2010, de 26 de Fevereiro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 48, de 10 de Março de 2010, declaro a Fundação Francisco Manuel dos Santos pessoa colectiva de utilidade pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de Dezembro.

Presidência do Conselho de Ministros, 12 de Março de 2010

O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros


João Tiago Valente Almeida da Silveira

Despacho n.º 3294/2013

A Fundação Francisco Manuel dos Santos, pessoa coletiva privada n.º 508867380, com sede na Rua Tierno Galvan, freguesia de Santa Isabel, concelho e distrito de Lisboa, foi instituída por escritura pública de 12 de Fevereiro de 2009 e reconhecida por despacho do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros de 5 de junho de 2009.

Por despacho do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros de 12 de março de 2010, publicado no Diário de República, 2.ª série, n.º 57, de 23 de março de 2010, obteve a declaração de utilidade pública ao abrigo do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro.

Para cumprimento do disposto no n.º 7 do artigo 6.º do diploma preambular da Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, veio pedir a confirmação do estatuto de utilidade pública.

Assim, conforme exposto na informação dos serviços DAJD/76/2013 do processo administrativo n.º 53/VER/2012 instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho da Ministros, e no uso dos poderes que me foram delegados pelo Primeiro-Ministro através do Despacho n.º 10503/2012, de 31 de julho de 2012, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 151, de 6 de agosto de 2012, confirmo o estatuto de utilidade pública da Fundação Francisco Manuel dos Santos, o qual passa a reger-se pelo disposto na Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho.

29 de janeiro de 2013. — O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, *Luis Maria de Barros Serra Marques Guedes*
3072013



Anexo V

Programa de Actividades 2014-2016

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Programa de Actividades para 2014-2016 assenta em quatro vectores: concentrar, continuar, aprofundar e inovar. Pretende-se concentrar o esforço científico na área das “Instituições Públicas e Cidadão”. Devem ser continuadas e aprofundadas as actuais actividades da Fundação, sendo sujeitas a avaliações internas e externas quando assim for adequado. Deve-se inovar na perspectiva de profissionalizar a gestão e internacionalizar a actividade da Fundação.

O programa de actividades da Fundação para o triénio 2014-2016 assenta na seguinte premissa essencial: renovação pontual e orgânica, com preservação e continuidade do projecto que marcou os primeiros anos de actividade da FFMS. A renovação passa fundamentalmente por reconhecer as lições dos últimos anos, ajustando as ambições às possibilidades existentes quer do ponto de vista financeiro, quer em termos de capital humano. Na verdade, o aspecto mais saliente da renovação do projecto da Fundação passa por concentrar recursos nas actividades mais “rentáveis” (não no sentido financeiro, mas no sentido científico e cultural) e, ao mesmo tempo, por favorecer um esforço de contenção orçamental. Por outro lado, a Fundação deve prosseguir um rumo de continuidade, reconhecendo o excelente legado do Conselho Administração cessante quer no que diz respeito ao nome e reputação a nível nacional, quer à qualidade científica e a visibilidade já alcançadas.

A base de partida do novo programa é, hoje, suficientemente distinta do mandato anterior. Enquanto o desafio do Conselho de Administração cessante foi dar saída a um novo projecto num contexto económico e político complexo, entramos agora numa fase de maturação que permite à Fundação aproveitar a curva de aprendizagem e lançar-se em novos projectos com menor risco e maior capacidade de intervenção. Importa igualmente reconhecer as mudanças no contexto económico e político que se adivinham para o triénio 2014-2016 e dotar a Fundação de capacidade de resposta a novas situações.

Renovar é uma prioridade porque os próximos três anos serão inevitavelmente muito diferentes dos últimos anos. E não menos importante, neste contexto, a Fundação tem de orientar-se por uma restrição orçamental e por uma estrutura orgânica que lhe permita sustentabilidade a longo prazo. A continuidade é igualmente prioritária porque o stock de capital reputacional acumulado pelo Conselho de Administração cessante é talvez o activo da Fundação mais valioso neste momento. São por isso propostos quatro vectores essenciais para o programa da Fundação para o triénio 2014-2016:

- (A) Concentrar
- (B) Continuar
- (C) Aprofundar
- (D) Inovar

No vector Concentrar propõe-se um esforço de mudança significativa dos actuais projectos e estudos com o objectivo de rentabilizar o impacto científico, cultural e social da Fundação. Dada a situação do país, bem como a mais que previsível ausência de uma estratégia de reforma do Estado e desenvolvimento económico posterior à intervenção dos credores internacionais, defende-se que esse deveria ser o eixo condutor dos projectos e estudos no triénio 2014-2016. Tendo em conta a banalização e esvaziamento do sentido, quando não uma conotação negativa, da expressão “Reforma do Estado”, considera-se mais oportuno designar o esforço de concentração numa área de grande amplitude com o título de “Instituições Públicas e Cidadão”. Em termos práticos, a concentração de recursos na área de Instituições Públicas e Cidadão implica:

- (I) Nomeação de um coordenador geral (um membro da Comissão Executiva) que zele pela consistência dos vários projectos quer em termos do esforço de investigação e debate, quer em termos de proposta de novos projectos que respondam a possíveis lacunas actuais;
- (II) A possível aprovação de todos os novos projectos deve ficar sujeita ao enquadramento neste tema, pelo que devem ser avaliados quer em qualidade, quer em consistência e coerência a partir dessa perspectiva;
- (III) Ajustamento progressivo de outras actividades da Fundação (ensaios e publicações, encontros, anuário, portais, documentários) a este esforço de concentração, sem perda das marcas individualizadas e distintas (como a Pordata ou os “Ensaio da Fundação”);

(IV) Produção e divulgação sistemática de um conjunto de estudos e actividades no final de 2015 e que, em 2016, possa ser entendida como uma contribuição articulada e global para a discussão sobre as Instituições Públicas e Cidadão.

Neste contexto, haverá uma nova estratégia de articulação para os projectos e estudos.

A Fundação deverá ter um conjunto muito reduzido de projectos de grande dimensão e escala, com orçamentos plurianuais superiores a cem mil euros, completamente inseridos na área Instituições Públicas e Cidadão. A apresentação e divulgação destes deverá ser prolongada no tempo e no espaço, evitando a efemeridade da conferência pontual com ampla cobertura dos meios de comunicação mas sem nenhuma continuidade posterior. As actividades da Fundação (ensaios e publicações, encontros, anuário, portais, documentários) estarão ao serviço desta forma exaustiva de aproveitar ao máximo cada um destes grandes projectos.

Um exemplo desta linha estratégica será começar com um projecto para analisar o que mudou e não mudou com o programa de ajustamento. Aquele deveria fornecer pistas de actuação e motivação para os estudos seguintes de forma a criar um pacote coerente e articulado de estudos. Pretende-se uma coesão interna que supere a actual fragmentação dos projectos da Fundação (o que é absolutamente natural numa fase de arranque). Evidentemente que não se trata de limitar as decisões da Fundação quanto ao financiamento de projectos importantes, mas tão só orientar os mesmos através de uma lógica de tema prioritário.

Ao mesmo tempo, a Fundação poderá participar em projectos exteriores como entidade co-financiadora; estes terão um financiamento limitado e serão possivelmente sujeitos a um período de *call for projects* (por exemplo, de 1 a 31 de Março de cada ano). Estas propostas podem ser contempladas em termos de *matching funds* (financiamento da Fundação condicionado à obtenção de fundos adicionais) ou *matching seed money* (projectos já com financiamento completamente exterior à Fundação). Recomenda-se uma estratégia de limitação de temas a fim de evitar uma multiplicação desnecessária de propostas. Todas estas opções merecem especial reflexão tendo em conta a importância da Fundação co-financiar actividades.

Ainda assim, cada *call for projects* ou *call for proposals* deve ser procedida de uma discussão na Comissão Executiva sobre objectivos, prioridades científicas, oportunidades de calendário e disponibilidades financeiras.

A apresentação e divulgação destes projectos não será necessariamente ou prioritariamente assumida pela Fundação, mas sim pelas outras entidades financiadoras ou pelos autores,

em termos a contratualizar de forma rigorosa e que acautelem os interesses da Fundação (nesse sentido, as propostas devem contemplar explicitamente a fase de divulgação). Tipicamente a Fundação participará nestes projectos com uma quantia inferior a quinze mil euros (não estando impedida de financiar este tipo de propostas por quantias superiores quando assim for justificado); não fará um acompanhamento próximo e apenas acautelará a qualidade científica aquando da afectação de verbas. A Fundação poderá entrar nestes projectos em qualquer fase dos mesmos desde que estejam reunidas as condições adequadas, isto é, serão seleccionados aqueles que estiverem já numa fase de solidez que garanta qualidade e relevância com um risco mínimo para o financiamento.

A Fundação procurará ainda prosseguir um conjunto de projectos seguindo o modelo da parceria conjunta FFMS-Associação Comercial de Lisboa para a *Justiça Económica*. A Fundação faz-se responsável pela qualidade científica e pela divulgação do projecto, mas o financiamento é fundamentalmente garantido por terceiros. Esta modalidade encontra-se também sujeita à lógica subjacente à área de Instituições Públicas e Cidadão.

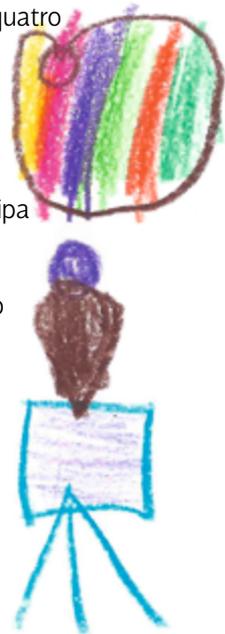
No orçamento de 2014, os projectos representam cerca de 21% dos gastos da Fundação, num total próximo dos 2 milhões de euros. A concentração de projectos deve também gerar poupanças importantes para que este volume de gastos seja reduzido para cerca de 1,5 milhões de euros em 2015. A meta área de Instituições Públicas e Cidadão deverá rondar os 50-75% da verba afecta aos projectos.

O vector Continuar aplica-se ao conjunto de actividades que foram fundamentais para assegurar a reputação, visibilidade externa e impacto nacional da Fundação nos últimos quatro anos. Em particular,

(I) Pordata

Mantendo a liderança actual bem como o programa de actividades já idealizado pela equipa responsável, propõem-se três objectivos adicionais a curto prazo:

(a) Melhorar de forma significativa o *front office* não só para facilitar o uso estatístico pelo público em geral como para transmitir a imagem de que a PORDATA continua a ser uma prioridade da Fundação;



(b) Expandir de forma sistemática e com qualidade técnica o conjunto de indicadores disponibilizados ao público em geral (isto é, trabalhar os dados já existentes de forma a serem apresentados com novos indicadores e não tanto a produção de novos dados);

(c) Envolver estudantes e especialistas na elaboração de novos indicadores assim como aplicações/reflexões sobre os dados/indicadores disponibilizados pela Pordata (incluindo uma *newsletter* temática periódica com curtas opiniões plurais sobre os dados);

(d) Estudar a possibilidade de um conselho de acompanhamento para a Pordata.

A médio prazo, mas começando já neste triénio, a Fundação deverá desenvolver uma reflexão sobre os compromissos financeiros exigidos pela Pordata e a possibilidade de encontrar outras fontes de financiamento. Esta reflexão deverá ser iniciada ao longo de 2014-2015 para que as medidas preconizadas nesse contexto possam ser implementadas no final de 2016.

A previsão de custos da Pordata para 2014 é de cerca de 850 mil euros.

O objectivo para 2016 deverá ser de reduzir este valor a 500 mil euros e encontrar formas alternativas de financiamento.

(II) Outros portais

A Fundação deve manter os actuais portais e estimar o mais cedo possível os respectivos compromissos financeiros a médio e longo prazo. Deve evitar-se o encerramento sendo que é preferível um portal encerrado a um portal desactualizado.

A Fundação não deve abrir novos portais nos próximos três anos.

A Fundação deverá potenciar os existentes através de projectos assim como uma melhor coordenação com os ensaios e documentários (deve ser estudada a possibilidade de periodicamente produzir um ensaio, estudo e/ou documentário com base nos diversos portais), o anuário (com vários artigos que possam utilizar os dados e/ou a informação dos diversos portais) e o encontro anual (desenvolver sessões que façam uso dos dados e/ou a informação dos diversos portais).

Quaisquer portais, fontes de informação e disseminação de dados a abrir ou a desenvolver nos próximos anos devem resultar de projectos apoiados pela Fundação, devem também ser produzidos e geridos pelos próprios projectos e os seus responsáveis, reconhecendo o apoio da Fundação e permitindo *accountability* e monitorização durante a vigência do mesmo.



O custo dos portais para 2014 está orçamentado em 1,4 milhões de euros (cerca de 17% dos gastos totais), mais de metade por via da Pordata. Parece pois que uma reflexão sobre o futuro dos portais terá como premissa uma necessidade de conter efectivamente as despesas neste contexto. Em particular, deverá existir uma estratégia de acompanhamento do novo Portal dos Direitos e Deveres que contemple explicitamente a contenção plurianual de custos.

(III) Anuário

O anuário encontra-se neste momento sujeito a um exame de avaliação externa. Com uma nova equipa, um novo conselho editorial e um novo projecto consequente com as recomendações dos avaliadores, o anuário deverá continuar em 2014.

A comissão de avaliação do anuário teve a seguinte composição: Dra. *Zélia Gil Pinheiro* (jornalista e jurista), Dr. *Henrique Burnay* (jornalista e jurista), Dr. *Pedro Braz Teixeira* (economista). A reunião final de avaliação decorreu no dia 17 de Janeiro com o director cessante *José Manuel Fernandes*. A actual Comissão Executiva aprovou na sua reunião de 31 de Março a continuidade da revista com periodicidade semestral e um número de páginas mais reduzido (cerca de cem).

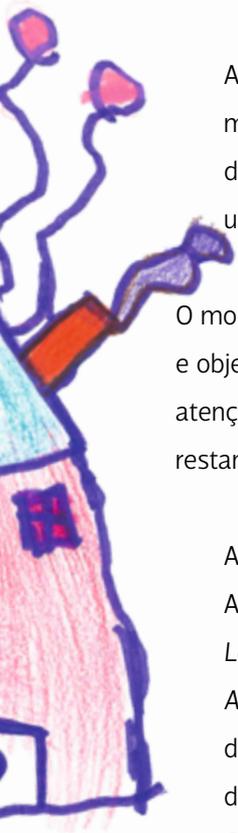
Aguardando pela conclusão deste processo, podemos contudo já indicar de forma preliminar que o próximo número da revista deverá reflectir de forma clara e global a estratégia científica da Fundação, a pluralidade de autores e uma melhor coordenação com as restantes actividades da Fundação.

A despesa total com publicações e documentários está orçamentada em 1,2 milhões de euros para 2014 (600 mil euros para publicações e 600 mil euros para os documentários). Este custo não pode ser ultrapassado para o biénio seguinte.

(IV) Encontro anual

Neste momento, o primeiro e principal objectivo será assegurar o êxito do encontro de 2014 nos moldes dos encontros anteriores.





A Comissão Científica do Encontro de 2014 já em pleno funcionamento está composta pelo Dr. *Jaime Gama* (comissário nacional) e como vogais teremos a Prof. *Maria João Valente Rosa*, Prof. *Marina Costa Lobo*, Prof. *José Tavares*, Dr. *José Penal do Amaral*, Prof. *Gonçalo Almeida Ribeiro*.

A previsão de um milhão de euros para 2014 (cerca de 12% do orçamento disponível) deverá marcar uma tendência clara de redução de gastos. Dado o sucesso dos encontros na disseminação da imagem da Fundação, essa contenção orçamental será certamente possível uma vez que futuros encontros podem capitalizar da notoriedade já obtida nos últimos anos.

O modelo de 2015 e anos posteriores deverá ter em conta uma reflexão sobre o conceito e objectivos do encontro, contando para isso com sugestões externas. Será dada particular atenção ao esforço de contenção orçamental bem como uma melhor coordenação com as restantes actividades da Fundação.

A metodologia desta actividade será em breve apresentada ao Conselho de Administração. A comissão de reflexão sobre o encontro tem a seguinte composição: Prof. *Ana Teresa Lehmann* (*chairwoman* e professora da FEP), Dr. *Pedro Braz Teixeira* (economista), Prof. *Gonçalo Almeida Ribeiro* (jurista e professor da FD UCP), Dr. *Jorge Portugal* (conselheiro para a inovação do Presidente da República), Prof. *Felisbela Lopes* (politóloga e vice-reitora da Universidade do Minho), Prof. *José António Salcedo* (físico e engenheiro). Uma reunião preparatória entre a Comissão Executiva e os colaboradores desta reflexão decorreu no passado dia 16 de Janeiro; a primeira reunião dos colaboradores para estabelecer metas decorreu no passado dia 1 de Abril. Um eventual relatório final será apresentado a 15 de Novembro de 2014.

(V) Site da Fundação

O site da Fundação deverá ser completamente revisto (e não apenas pontualmente remodelado ou modificado) no intuito de reflectir a estratégia científica da Fundação assim como o uso primordial do suporte digital para as publicações e a divulgação dos conteúdos de imagem (encontro, documentários). Não tendo a Fundação os meios financeiros e humanos para manter uma exposição mediática permanente, o site deve ser entendido como o principal veículo de comunicação, e não um depósito de informação sobre as actividades da Fundação. O site tem

de ser, ao mesmo tempo, simples e sucinto para o utilizador pontual, mas completo e consistente para o utilizador que procura informação sobre um determinado programa da Fundação. Iniciativas, debates, novas actividades devem estar apresentadas para quem quer apenas tomar conhecimento rápido mas também para quem quer usar a Fundação como fonte de conhecimento. Trata-se pois de um *site* que, devendo ser polivalente, necessita de uma reflexão cuidadosa. Haverá pois uma avaliação interna e externa para um novo *site*. A avaliação interna deverá ter em conta os compromissos financeiros assim como as implicações em termos de contratação de novos responsáveis para a sua implementação e gestão. O novo *site* da Fundação deverá estar operacional durante o ano de 2015 tendo o Prof. Carlos Fiolhais mostrado disponibilidade para coordenador este processo.

(VI) Ensaios e outras publicações

Os ensaios são um dos projectos mais visíveis da Fundação. Como todas as actividades da Fundação, devem estar sujeitos a uma avaliação, o que no caso dos ensaios deve acontecer quando alcançar o número sessenta. Até lá, não só deve a colecção continuar tal qual programada (ainda que sujeita a possíveis novas prioridades tendo em conta a estratégia global), como deveria haver um reforço dos meios disponíveis com o objectivo de fomentar mais intervenção pública dos autores e maior impacto dos ensaios. Por reforço dos meios, entende-se retomar a prioridade dos eventos de apresentação bem como possíveis discussões de alguns ensaios em versão digital e nos meios de comunicação social. Pode também merecer a pena actualizar alguns desses ensaios, principalmente aqueles que se ocuparam de temas mais directamente relacionados com a realidade económica, social e política (actualizações digitais). A produção e publicação dos ensaios deverá conseguir melhor coordenação com o anuário e com o encontro de forma a potenciar temas que possam servir de base a uma discussão mais profunda nos diferentes formatos de intervenção da Fundação. O suporte digital deve tornar-se prioritário na estratégia de publicação da Fundação, principalmente nas colecções que não estão dirigidas ao grande público. Nesse sentido, deve ser dada preferência a versões *pdf* que possam ser disponibilizadas no *site* da fundação.

Qualquer decisão de cessar actividades, portais ou publicações, mesmo que inferior ao patamar de cem mil euros, deve ser tomada pelo Conselho de Administração.

No vector Aprofundar agrupo o conjunto de actividades que visam corrigir aquilo que correu menos bem nos últimos anos assim como acautelar possíveis desenvolvimentos tendo em conta as mudanças económicas e sociais em Portugal.

Nesse sentido, como prioridade fundamental, insere-se um programa global de avaliação científica e orçamental ao longo do ano de 2014 que permita uma melhor afectação de recursos com adequada sustentabilidade.

Dados os números orçamentais para 2014, a Fundação deverá ter como objectivo uma redução de gastos na ordem dos 20% para o biénio seguinte. Haverá pois planeamento financeiro consistente com esse objectivo.

Qualquer expansão da Fundação quer em termos de recursos humanos, quer em termos financeiros e mesmo logísticos só pode fazer sentido após uma fase de reflexão interna sobre a racionalização dos meios actuais.

(I) Profissionalização da gestão

Esta deve ser uma das mudanças fundamentais a concretizar pela Comissão Executiva durante 2014.

O primeiro passo será a nomeação da nova Comissão Executiva, com dois membros a tempo inteiro. A nova Comissão Executiva deve estar instalada no Outono de 2014. O actual espaço físico deverá ser reorganizado em consonância. No oitavo andar devem localizar-se os gabinetes do Presidente do Conselho de Administração, do Presidente da Comissão Executiva, dos vogais da Comissão Executiva e do CFO, num total de cinco gabinetes. Nesse sentido, sendo necessário, as salas de reuniões devem ser solicitadas ao sétimo andar e novas formas de disposição do espaço físico devem ser estudadas e encontradas para responder à reorganização da Fundação. O director-geral será membro da Comissão Executiva e também o coordenador das actuais directoras e demais pessoal de forma a racionalizar a estrutura da Fundação.

A gestão profissional da Fundação gerará encargos adicionais com vencimentos e custos com o pessoal que deverão ser considerados para efeitos de controlo orçamental e planeamento financeiro.

Em consonância com a concentração de recursos numa meta área e com a organização científica da Fundação aprovada pelos órgãos da Fundação, devem existir cinco áreas complementares com o respectivo coordenador que será o responsável pela gestão dos projectos em carteira nessa área e responderá perante a Comissão Executiva. Os coordenadores de área devem apresentar um plano de acção para o próximo triénio no espírito da estratégia da Fundação e que passa necessariamente por racionalizar custos e potenciar resultados. Este plano de acção deve estar concluído no final de 2014.

(II) Avaliar os novos projetos

Nos termos da proposta aprovada pelos órgãos da Fundação será implementado um novo sistema de avaliação dos projectos.

No vector Inovar merece especial menção um esforço de internacionalização através de colaboração com fundações/*think tanks* europeus, norte-americanos e asiáticos.

Neste capítulo, será importante e prioritário durante o ano de 2014:

- (I) Estudar o papel da internacionalização e globalização da Fundação;
- (II) Escolher um conjunto de parceiros estratégicos com vocação semelhante à Fundação e complementaridades científicas importantes;
- (III) Apresentar a Fundação a esses potenciais parceiros estratégicos;
- (IV) Integrar a Fundação num conjunto de estudos e/ou actividades internacionais que, sendo consistentes com o esforço de concentração, possam promover a internacionalização através da excelência científica.

A Fundação procurará novos espaços de debate com a eventual colaboração de especialistas internacionais tal como sugerido pelo *Village Square* (<http://tothevillagesquare.org/>). Contudo haverá que ter em conta o esforço adicional quer financeiro, quer em termos de recursos humanos que semelhante iniciativa pode ter.

Anexo VI

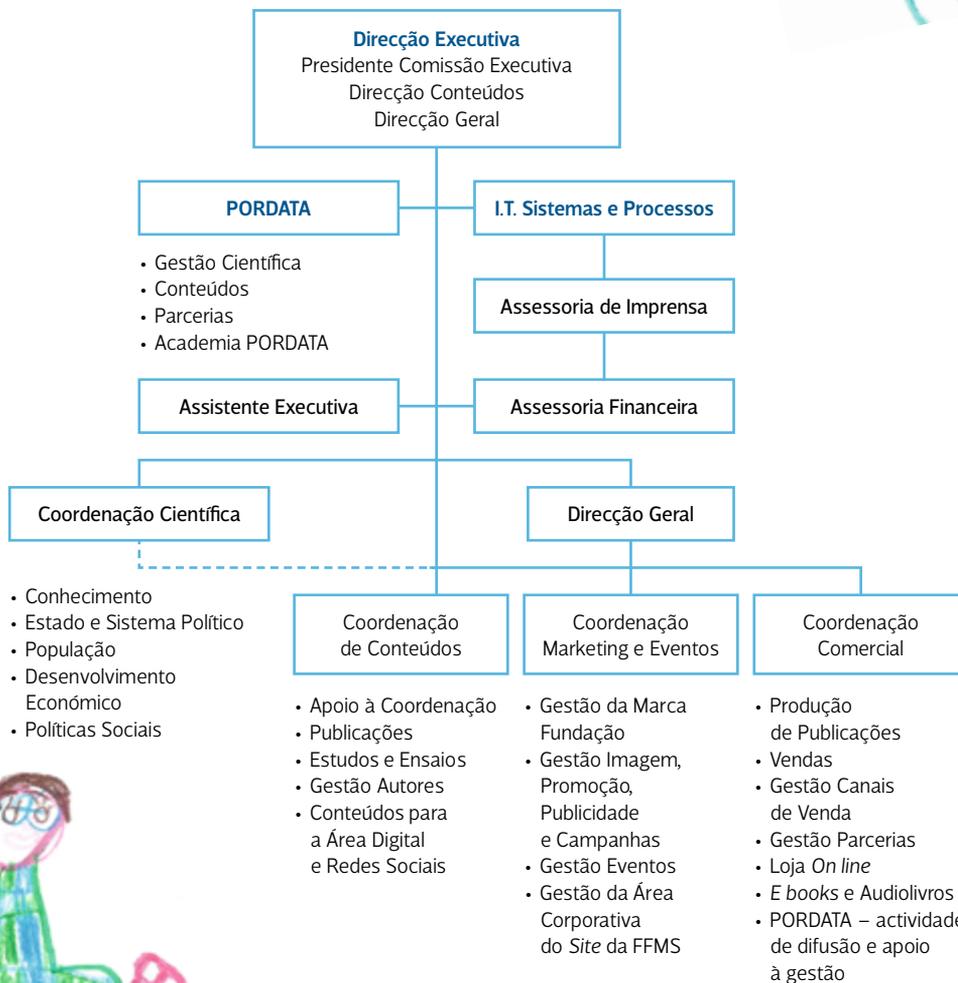
Organização Científica da Fundação

- 1) A organização científica da Fundação é responsabilidade do Conselho de Administração sob proposta do seu Presidente nos termos do número 1 do art. 19.º do Regulamento Interno após prévia aprovação pelo Conselho de Curadores.
- 2) Uma vez definida a organização científica da Fundação, será responsabilidade da Comissão Executiva sob proposta do seu Presidente a contratação dos colaboradores nos termos do número 2 do Art. 19.º do Regulamento Interno.
- 3) Nos termos da alínea a) do número 1 do Art. 19.º do Regulamento Interno é criado o lugar de director científico da Fundação.
- 4) O director científico da Fundação é o responsável pela gestão corrente científica da Fundação, coordenando todos os projectos científicos.
- 5) O director científico responde directamente à Comissão Executiva do Conselho de Administração.
- 6) Nos termos da alínea a) do número 1 do Art. 19.º do Regulamento Interno são criadas cinco áreas de trabalho e estudo:
 - a) Área das Políticas Sociais com competências nos projectos de Saúde, Mobilidade Social, Segurança Social e Trabalho.
 - b) Área do Estado com competências nos projectos de Sistema Político, Justiça, União Europeia (Portugal na Europa e no Mundo) e Reforma da Administração.
 - c) Área do Desenvolvimento e Crescimento Económico.
 - d) Área do Conhecimento com competências nos projectos da Ciência, Inovação, Cultura e Educação.
 - e) Área da População com competências nos projectos de Fecundidade, Demografia e Envelhecimento.
- 7) Cada área de trabalho e estudo terá um coordenador de área.
- 8) Cada área engloba vários projectos temáticos. Cada projecto tem um responsável que responde directamente perante o coordenador de área.
- 9) O coordenador de área:

- a) Gere e coordena os projectos adstritos à sua área em colaboração com o director científico;
 - b) Informa periodicamente o director científico e a Comissão Executiva dos projectos em curso, nomeadamente em termos de objectivos cumpridos e a cumprir;
 - c) Colabora com o director científico e a Comissão Executiva no controle orçamental dos projectos adstritos à sua área;
 - d) Sugere ao director científico e à Comissão Executiva um programa de trabalho assim como novos projectos na sua área;
 - e) Colabora com o director científico e a Comissão Executiva na execução do programa de trabalho da sua área;
 - f) Apresenta um relatório anual da área para discussão na Comissão Executiva e no Conselho de Administração;
 - g) Apresenta um relatório final por projecto da área para discussão na Comissão Executiva e no Conselho de Administração;
 - h) Participa e apoia a Fundação nas suas actividades públicas.
- 10) O coordenador de área não pode participar directamente em projectos em curso.
- 11) A Comissão Executiva reunirá com o director científico e os cinco coordenadores de área quando para isso expressamente convocada pelo seu Presidente e com os seguintes objectivos:
- a) Promover uma visão integrada e sustentada dos projectos em curso, introduzindo uma dimensão humanista na sua reflexão;
 - b) Recomendar novos projectos;
 - c) Colaborar na avaliação dos projectos em curso e terminados;
 - d) Discutir a programação plurianual e global consistente com as orientações científicas e culturais da Fundação, nomeadamente a missão fundamental de preparar uma cidadania responsável, activa, informada e competente;
 - e) Definir perspectivas conjuntas com vista à avaliação e disseminação de resultados;
 - f) Considerar oportunamente as questões do género.
- 12) Nos termos estatutários, após aprovação do presente documento pelo Conselho de Curadores, o Conselho de Administração delegará na Comissão Executiva a gestão corrente científica da Fundação.

Anexo VII

Novo Organigrama da Fundação



Anexo VIII

Procedimentos para a Avaliação de Actividades da Fundação

- 1) A avaliação das actividades da Fundação será feita no cumprimento dos princípios de bom governo nos termos do número 5 do Artigo 2.º dos Estatutos, nomeadamente a adequação aos objectivos e propósitos da Fundação; conformidade com os Estatutos, os Planos e os Orçamentos; isenção e independência científica, política e económica; relevância social, política ou cultural; seriedade e frugalidade; e prestação de contas.
- 2) A avaliação das actividades da Fundação tem como objectivo assistir o Conselho da Administração e a Comissão Executiva do Conselho da Administração no cumprimento das suas responsabilidades nos termos dos Estatutos e do Regulamento Interno, especificamente na tomada de decisões sobre actividades e publicações em curso, a manter, ou a desenvolver, assim como a cessar.
- 3) Em nenhum momento, a avaliação das actividades da Fundação inibe o poder de decisão do Conselho da Administração e da Comissão Executiva do Conselho da Administração nos termos dos Estatutos e do Regulamento Interno.
- 4) As avaliações podem ser internas e externas.
- 5) As avaliações internas serão periódicas e assentam nos princípios da responsabilização interna e da prestação de contas.
- 6) As avaliações externas serão excepcionais e assentam nos princípios da transparência, da consulta externa, da isenção, da independência e da exogamia.
- 7) A avaliação das actividades da Fundação enquanto elemento de consulta e de suporte à decisão será competência da Comissão Executiva excepto quando envolva um montante superior a cem mil euros nos termos do Regulamento Interno.
- 8) A Comissão Executiva informará previamente o Conselho de Administração de todas as avaliações que pretende realizar e do seu curso, incluindo os seguintes elementos formais:
 - a) Tipo de avaliação
 - b) Objectivo da avaliação
 - c) Nome dos avaliadores
 - d) Termos de referência da avaliação

- e) Calendário da avaliação
- f) Metodologia da avaliação
- g) A Comissão Executiva informará o Conselho de Administração de todas as avaliações realizadas e terminadas, cujos resultados e relatórios finais serão fornecidos aos membros do Conselho de Administração que os solicitarem.
- 10) Nos termos dos Estatutos e do Regulamento Interno, o Conselho de Administração poderá solicitar à Comissão Executiva uma avaliação interna ou externa com o objectivo específico de assistir o Conselho Administração no exercício das suas competências.

Anexo IX

Audiovisual e Multimédia na FFMS



Estudar e compreender as realidades com o objectivo último de difundir, divulgar e debater junto dos grandes públicos os resultados e as soluções propostas parece corresponder a uma síntese dos propósitos da FFMS¹. Como suportes e instrumentos desses propósitos, a FFMS registou já o recurso a bases de dados, portais de informação, publicação de ensaios e de estudos, organização de conferências e de reuniões de trabalho, lançamentos de livros, discussão pública de estudos, seminários e apresentações públicas². Na reflexão que agora se apresenta, destacam-se as vantagens de incluir em tais suportes e instrumentos todos os meios e plataformas digitais, propõem-se formas de o fazer de modo sustentável e sistemático e defende-se que, por regra, o recurso a estes seja visto, selectivamente, como parte integrante dos projectos da Fundação, dando origem a novos tipos de conteúdos.

As obras audiovisuais e multimédia, quando adequadas e acessíveis, são hoje uma forma poderosa e eficaz de divulgar conhecimento, comunicar propostas e sensibilizar a sociedade para o modo de enfrentar os seus próprios problemas. As possibilidades abertas pela revolução

¹ FFMS, *Relatório Anual 2013*, «Introdução».

² *Idem*.

digital permitem uma grande multiplicidade de tratamento das mensagens e maneiras de as organizar. Sem excluir o discurso linear convencional e os formatos clássicos, a que emprestam uma melhor definição, o digital torna possível o recurso a formas de comunicação interactiva que permitem aos públicos controlar a progressão nos conteúdos, aprofundar a informação por camadas, de acordo com áreas de interesse³, ou, até, intervir e colaborar no desenvolvimento de projectos de investigação por meio de estruturas abertas. Além do elevado valor instrumental, esta é uma área de inovação com um vastíssimo universo por explorar, que também nesse sentido se inscreve nos propósitos da FFMS e na qual a FFMS pode desempenhar um papel relevante.

Como em todas as fases de transição para novos patamares tecnológicos em que surjam novas formas tecno-culturais, o perigo está nos extremos: ou a resistência à inovação, que leva ao acantonamento no «purismo» dos formatos clássicos e à negação das suas limitações relativas; ou a submissão deslumbrada às novas tecnologias, que leva quase sempre aos delírios formalistas e, por inadequação, ao *apagamento* do significado dos conteúdos. Mais do que a quantidade e intensidade da incorporação de novas tecnologias nas obras a produzir, o que importa é definir quais as ferramentas e os formatos mais adequados à difusão e divulgação dos diferentes projectos, ou à sensibilização dos públicos para os seus objectivos e propostas. Numa apreciação de carácter geral, todas as formas de comunicação audiovisual e multimédia podem, e devem, hoje, ser consideradas, individualmente ou em convergência⁴. De facto, do filme e telefilme ao documentário, do lado do audiovisual clássico, ao documentário interactivo, a outras obras de génese multiplataforma, incluindo jogos, e ao infografismo digital mais ou menos elaborado, do lado dos chamados *novos meios*, todos esses géneros podem oferecer soluções adequadas a estes ou àqueles projectos de investigação ou de inquérito à realidade programados pela FFMS⁵. Com duas condições interligadas que se afiguram essenciais sob a perspectiva da sustentabilidade e da eficácia: (a) que a produção audiovisual e multimédia seja vista,

3 Vr. documentário interactivo, disponível na Internet em: theguardian.com/firstworldwar

4 Sobre este assunto, ver Doyle, Gillian, University of Glasgow, «From Television to Multi-platform», in *Convergence – The International Journal of Research into New Media Technologies*, 2010. Vol. 16(4), 1-19. Disponível na Internet: <http://www.oecd.org/tad/services-trade/47559455.pdf>

5 Sobre a multiplicidade de soluções ver, também, Gaudenzi, Sandra, *The Living Documentary: from Representing Reality to Co-Creating Reality in Digital Interactive Documentary*, Goldsmiths, University of London, 2013. Disponível na Internet em: http://research.gold.ac.uk/7997/1/Cultural_thesis_Gaudenzi.pdf

por regra, como factor de enriquecimento integrado da programação da FFMS nas suas áreas de actividade; (b) que, salvo casos excepcionais, se cuide de lhe garantir, à partida, as mais amplas formas de difusão junto dos públicos-alvo dos diferentes projectos.

O respeito pela primeira condição pressupõe uma cuidada ponderação da adequação comunicacional do formato ao conteúdo e da relação custo-benefício. Se se trata de sensibilizar a sociedade para questões de natureza comportamental, ou de analisar realidades sociais com uma forte componente subjectiva, um filme de ficção, mesmo que de curta-metragem, pode ser o género mais indicado. Se o objectivo é informar e documentar, o documentário linear ou interactivo, ou uma aplicação de infografismo digital, serão preferíveis. Em qualquer caso, se a opção for feita ainda durante a génese do projecto, economizam-se custos e garante-se um conteúdo mais rico e afinado com os objectivos.

A segunda condição é indissociável da primeira, na medida em que se torna necessária ao seu cabal cumprimento, e contribui decisivamente para a finalidade última da actividade da FFMS: a difusão, divulgação, debate e aproveitamento do conhecimento produzido ou coligido. Quanto à forma de lhe dar cumprimento, ela constitui, a meu ver, a trave-mestra da sustentabilidade da estratégia proposta e pode resumir-se num só conceito: parcerias múltiplas.

A procura de conteúdos digitais interessantes e inovadores por parte de distribuidores e operadores é grande e continuará a aumentar. O único freio a essa procura tem vindo do lado dos custos de produção, sobretudo em economias débeis como a nossa, apesar de o avanço tecnológico ter criado a ilusão de uma «produção low-cost» generalizada. Na verdade, se o digital embarateceu, por exemplo, os meios de captação de som e imagem, veio, por outro lado, tornar mais exigente o investimento na qualidade do som e da imagem captados, ao elevar os patamares de definição de ambos ao ouvido e ao olhar dos públicos. Assim, as câmaras de alta-definição, muito mais baratas que as gerações anteriores, exigem um tratamento de imagem pessoal e cenográfica mais cuidado e dispendioso pela forma muito mais nítida como expõem os estragos e imperfeições que possam existir numa e noutra. O mesmo se poderia aplicar ao investimento informático no infografismo digital e na produção multiplataforma, quando comparado com os grafismos e ilustrações da imprensa pré-digital.

Por outro lado, a parte criativa da produção, aquilo a que na linguagem profissional se chama o *above the line*, tende a ganhar valor em todos os conteúdos que transmitam conhecimento. A fase em que «o entretenimento era pago e o conhecimento era pouco e de graça» só ainda

não foi completamente ultrapassada em países como Portugal, onde o grau de exigência em relação aos média ainda é muito baixo. Mas, a tendência para valorizar o conhecimento incorporado nos conteúdos manter-se-á e, por maioria de razão, com maior incidência nos chamados conteúdos de *stock*, ou de acervo, por oposição aos de «fluxo», ou efémeros. Ao considerar os protagonistas em presença, verifica-se que os operadores de telecomunicações controlam uma parte de importância decisiva no complexo comunicacional – as plataformas e redes de distribuição digital. Por seu lado, os chamados grupos de *media* exploram segmentos dessas plataformas para desenvolverem as actividades para as quais estão licenciados, seja essas a televisão, a rádio ou a imprensa digital. Quer uns, quer outros, têm o *state of the art* das ferramentas digitais, mas necessitam mais de conteúdos do que as autoestradas de carros...

Afigura-se, pois, residir aqui o terreno em que a estratégia de parcerias múltiplas da FFMS deverá assentar: valorizar e juntar o conhecimento que ela própria produz e organiza aos meios e *know-how* de produção, promoção e distribuição audiovisual e multiplataforma dos vários parceiros potenciais em presença.

CONCLUSÕES

Em termos práticos, a FFMS precisa de (1) somar aos projectos por ela programados uma primeira triagem que seleccione aqueles que maiores benefícios possam retirar do tratamento digital infográfico, audiovisual e multimédia, seja para o respectivo desenvolvimento, seja pelo potencial inovador das obras a que possam dar origem, seja para efeitos de divulgação e difusão; (2) proceder a uma primeira hipótese de conceptualização dos formatos considerados mais adequados aos projectos; (3) escolher, entre as empresas de *media* existentes (operadores de telecomunicações, grupos de comunicação social e produtores independentes) aqueles que julgar mais ajustados à produção e difusão das obras audiovisuais, infográficas ou multimédia potenciadas por cada projecto; (4) estabelecer parcerias em tempo útil, ou seja, de modo a procurar integrar o planeamento de produção dos formatos escolhidos no planeamento geral de desenvolvimento dos projectos; (5) acompanhar a produção e participar no controlo de execução respectivo.

Anexo X



Estratégia de Internacionalização

A Fundação Francisco Manuel dos Santos está estatutariamente mandatada para “promover e aprofundar o conhecimento da realidade portuguesa, procurando desse modo contribuir para o desenvolvimento da sociedade, o reforço dos direitos dos cidadãos e a melhoria das instituições públicas.” Vivemos hoje num mundo globalizado, com importantes desafios geoestratégicos. Portugal não é, nem pode ser alheio ao contexto internacional. A implementação de políticas públicas, a evolução dos direitos dos cidadãos, o reforço das instituições públicas e o futuro da sociedade portuguesa não podem ser entendidos numa perspectiva autárquica. A compreensão da matriz de inserção de Portugal no espaço global é importante de ponto de vista do futuro da sociedade portuguesa. O cumprimento dos fins estatutariamente consagrados obrigam a Fundação a uma estratégia de internacionalização que possa assegurar o êxito dos seus estudos e actividades. A internacionalização da Fundação não é, nem poderia ser um processo de descaracterização do seu mandato. A Fundação não pretende, nem se encontra mandatada para ser uma instituição internacional ou multinacional com fins globais. Sendo uma Fundação portuguesa, com um mandato claro de enfoque na realidade portuguesa, entende-se a sua internacionalização como um meio necessário para atingir esse fim.

As razões de uma estratégia de internacionalização são claras:

- 1) Resulta inequivocamente da realidade em que vivemos e do mundo global em que Portugal está inserido, onde nenhum esforço de compreender e conhecer a realidade portuguesa pode ter êxito sem acautelar a perspectiva internacional;
- 2) É parte imprescindível da actividade da Fundação no cumprimento do seu mandato: um futuro melhor para Portugal só pode ser desenhado analisando o espaço global;
- 3) Reflecte a experiência da Fundadora e o exemplo do Fundador: a internacionalização foi e é parte estruturante de uma estratégia bem-sucedida;
- 4) A visibilidade e reputação da Fundação como instituição credível em Portugal sai reforçada com uma internacionalização bem delineada;
- 5) Potencia o papel da Fundação como instrumento de canalização de *know-how* internacional para as questões da sociedade portuguesa.

No primeiro ciclo da Fundação por razões óbvias (fase de *start-up*, ausência de experiência em Portugal com o tipo de instituição que a Fundação queria ser, necessidade de dirigir recursos para a sua credibilização em Portugal), o esforço de internacionalização foi casuístico, mesmo fortuito, e sem uma estratégia consistente. Podemos pois dizer que, no período 2009-2014, há progressos na internacionalização da Fundação, mas são fundamentalmente de carácter pontual e não sistemático. Especificamente, podemos resumir o esforço de internacionalização neste período da seguinte forma:

- 1) Participação internacional de oradores de mérito reconhecido no encontro PNF e nas conferências da área da educação e do conhecimento;
- 2) Desenvolvimento de projectos de carácter internacional, depois de uma *call* internacional (estudo do *Alejandro Portes*) ou por ajuste directo (estudo do *Richard Rose* e *Alexander Trechsel*);
- 3) Algumas publicações por autores estrangeiros;
- 4) Apresentação quer do *site*, quer da *Pordata* em inglês com alguma visibilidade em termos de acessos fora de Portugal;
- 5) Produção de uma série de documentários em inglês, “*Freedom and Development*”;
- 6) Produção da página *Globalstat*.

Neste segundo ciclo da Fundação, propõem-se um esforço de internacionalização sistemático e estruturado com o objectivo primordial de favorecer o cabal cumprimento da missão estatutária. Para isso, a nova fase da internacionalização da Fundação deverá equacionar:

- 1) Desenvolvimento de projectos pensados no quadro da nova direcção científica (definido até ao final de 2014) com a colaboração de instituições internacionais;
- 2) Desenvolvimento de projectos de menor escala no quadro da nova direcção científica (definido até ao final de 2014) com *workshops* internacionais e publicação em inglês;
- 3) Uma política de comunicação imediata que utilize a página *Globalstat* para posicionar a Fundação no mundo académico internacional (beneficiando da colaboração do nosso parceiro, Instituto Europeu de Florença);
- 4) Desenvolvimento de contactos a curto prazo com fundações estrangeiras para projectos relevantes conjuntos em áreas ou temas importantes para Portugal (em detrimento de convites individuais casuísticos);
- 5) Analisar a promoção de *workshops* sobre temas portugueses (reflectidos na obra da Fundação) em universidades estrangeiras;

- 6) Aprofundar a participação de autores estrangeiros na estratégia de publicações da Fundação (incluindo a Revista XXI e uma nova colecção com o título *A Very Short Introduction to* mas excluindo os “Ensaio” e os “Retratos da Fundação”);
- 7) Colaborar com a futura Fundação Biedronka em objectivos comuns;
- 8) Evitar *calls* internacionais para projectos individuais, favorecendo outras formas de associação com investigadores estrangeiros.

Anexo XI

Protocolos e Parcerias em Vigor

Accenture

AMA, Augusto Mateus Associados

APEI, Associação Profissional de Educadores de Infância

Banco Alimentar

Banco de Portugal

CML, Câmara Municipal de Lisboa

Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, IP

Confidencial Imobiliário

DESTAK (jornal)

DGAI, Direcção Geral da Administração Interna

Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa

Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa

FNAC

Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e do Emprego

ICS da UL, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

IE da UL, Instituto de Envelhecimento da Universidade de Lisboa

IGP, Instituto Geográfico de Portugal

IM, Instituto de Meteorologia

INE, Instituto Nacional de Estatística

Instituto de Informática, IP

Instituto do Desporto de Portugal, I.P.

Instituto de Segurança Social, IP (Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais)

Instituto Universitário Europeu, IUE, Florença

ISEG, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa

ISEGI, Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade

Nova de Lisboa

Jerónimo Martins

Jornal i

METRO (jornal)

Media Capital Rádios

Nielsen

Padaria Portuguesa

Porto Editora

Observador (jornal)

RBE, Rede de Bibliotecas Escolares

Rede UNICRE

Relógio d'Água Editores

Representação da Comissão Europeia em Portugal

RTP, Radiotelevisão de Portugal

SIC e SIC Notícias

TVI e TVI 24

Universidade do Algarve, UA

Universidade de Coimbra, UC

Universidade de Lisboa, UL

Universidade do Minho

Universidade do Porto, UP

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, UTAD

VASP



Anexo XII

Órgãos Sociais da FFMS, Novembro 2013-Abril 2014

Conselho de Curadores

Alexandre Soares dos Santos, Presidente

João Lobo Antunes

Luís Valente de Oliveira

Manuel Clemente

Maria Helena Nazaré

Conselho Fiscal

Luís Palha da Silva

Paula Prado

Vítor Ladeiro (Auditor Externo, AUREN)

Comissão de Vencimentos

Alexandre Soares dos Santos, Presidente

Luís Valente de Oliveira

Maria Helena Nazaré

Conselho de Administração

António Barreto, Presidente

António Araújo

António Lobo Xavier

José Soares dos Santos

Luís Amado

Mariana França Gouveia

Nuno Garoupa

Comissão Executiva do Conselho de Administração

António Barreto, Presidente

António Araújo

Nuno Garoupa

Anexo XIII

Órgãos Sociais da FFMS, desde Junho 2014

Conselho de Curadores

Alexandre Soares dos Santos, Presidente

João Lobo Antunes

Luís Valente de Oliveira

Manuel Clemente

Maria Helena Nazaré

Conselho Fiscal

Luís Palha da Silva

Paula Prado

Vítor Ladeiro (Auditor Externo, AUREN)

Comissão de Vencimentos

Alexandre Soares dos Santos, Presidente

Luís Valente de Oliveira

Maria Helena Nazaré

Conselho de Administração

Nuno Garoupa, Presidente

António Araújo



António Lobo Xavier

David Lopes

Jaime Gama

José Soares dos Santos

Luís Amado

Maria Manuel Leitão Marques

Mariana França Gouveia

Comissão Executiva do Conselho de Administração

Nuno Garoupa, Presidente

António Araújo

José Soares dos Santos (até Setembro 2014)

David Lopes (desde Setembro 2014)

Anexo XIV

Pordata, Acções de Formação

A FFMS disponibiliza acções de formação gratuitas a todas as escolas, universidades, empresas e outras instituições que possam estar interessadas em aprofundar o seu conhecimento sobre a PORDATA. Tratam-se de sessões de cerca de duas horas, com o intuito de familiarizar potenciais utilizadores com a Pordata; garantir que a utilização da base de dados é feita de modo a tirar o maior partido das potencialidades do portal; promover e discutir o debate informado; e combater a literacia estatística no nosso país.

Mais de 60% das formações têm sido dirigidas à área da educação, através de escolas e institutos de ensino superior, seguido dos órgãos de comunicação social, por entenderem ser uma ferramenta essencial para o seu trabalho.

Há uma relação próxima entre o número de formações e o número de visitas ao *site*.

Concelhos abrangidos: 194

Distritos: Viana do Castelo, Braga, Vila Real, Porto, Aveiro, Bragança, Guarda, Viseu, Coimbra, Castelo Branco, Leiria, Santarém, Portalegre, Lisboa, Setúbal, Évora, Beja, Faro.



Evolução de formandos, desde o início do programa:

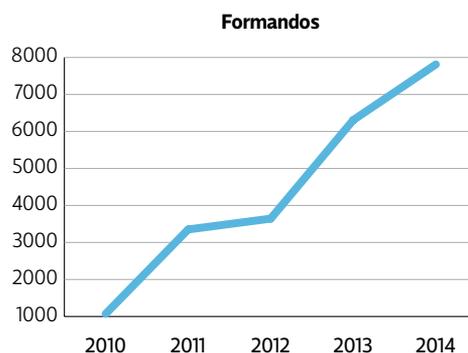
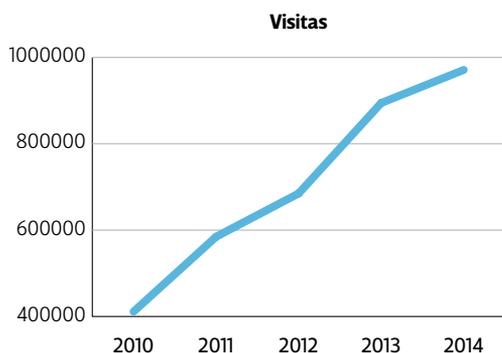
	 Formandos	Formações
2010	1.070	70
2011	3.352	164
2012	3.644	136
2013	6.308	315
2014	10.717	486
TOTAL	25.091	1.171

Formandos por tipo de actividade, em % do total (acumulado de 2010 a 2014):

Formações por tipo (2014)

Escolas e CFAEs*	189	39%
Ensino Superior	147	30%
Mins. Partidos e Municípios	42	9%
Órgãos de Comunicação Social	48	10%
Consultoras e agências	8	2%
PSI 20	3	1%
Outros	49	10%
Total	486	100%

Relação entre n.º de visitas e n.º de formandos desde 2010



Anexo XV

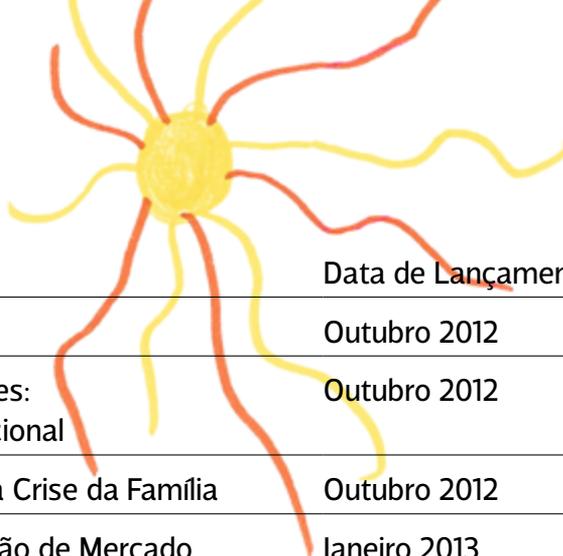
Vendas Acumuladas dos Ensaios da Fundação, 2010-2014

A colecção de ensaios é, sem dúvida alguma, o ex-libris das publicações da Fundação, mas também a primeira, contando neste momento com 49 títulos.

À semelhança da colecção de “Ensaio”, a colecção de “Retratos” e as outras publicações, têm distribuição nos supermercados e nas livrarias. No entanto, no último trimestre de 2014 houve um reforço na área comercial, com foco nas livrarias e em novos pontos de venda, como as gasolinas BP e ainda em mercados tradicionais. Preparou-se também o caminho para se iniciar a venda junto dos CTT, em 2015

N.º	Título	Data de Lançamento	Total
1	Ensino do Português	Junho 2010	36.825
2	Economia Portuguesa	Junho 2010	24.861
3	Portugal: Os Números	Junho 2010	23.165
4	Justiça Fiscal	Setembro 2010	30.927
5	Difícil é Educá-los	Outubro 2010	19.501

N.º	Título	Data de Lançamento	Total
6	Autoridade	Outubro 2010	9.638
7	Propriedade Privada: Entre o Privilégio e a Liberdade	Outubro 2010	8.942
8	Filosofia em Directo	Janeiro 2011	22.742
9	Segurança Social	Janeiro 2011	10.441
10	A Ciência em Portugal	Janeiro 2011	8.376
11	Economia, Moral e Política	Abril 2011	28.527
12	Discriminação da Terceira Idade	Abril 2011	7.496
13	Corrupção	Abril 2011	11.804
14	Portugal e o Mar	Abril 2011	11.203
15	Sondagens, Eleições e Opinião Pública	Mai 2011	5.836
16	A Televisão e o Serviço Público	Julho 2011	4.195
17	Os Atrasos da Justiça	Julho 2011	5.045
18	A Morte	Julho 2011	17.111
19	Ensaio Respublicano	Setembro 2011	4.831
20	O Governo da Justiça	Setembro 2011	4.506
21	Liberdade e Informação	Setembro 2011	5.519
22	A Nova Medicina	Janeiro 2012	8.379
23	Classe Média: Ascensão e Declínio	Janeiro 2012	7.830
24	Portugal: Dívida Pública e o Défice Democrático	Janeiro 2012	11.121
25	Forças Armadas em Portugal	Mai 2012	5.303
26	O Envelhecimento da Sociedade Portuguesa	Mai 2012	5.516
27	Matemática em Portugal, Uma Questão de Educação	Mai 2012	4.807



N.º	Título	Data de Lançamento	Total
28	O Ensino da História	Outubro 2012	2.729
29	Portugal, Portugueses: Uma Identidade Nacional	Outubro 2012	5.691
30	A Crise, a Família e a Crise da Família	Outubro 2012	4.066
31	O Trabalho, Uma Visão de Mercado	Janeiro 2013	3.495
32	O Futuro do Estado Social	Janeiro 2013	5.494
33	Pela Sua Saúde	Janeiro 2013	4.689
34	Liberdade de Expressão	Maio 2013	3.130
35	Sobre a Morte e o Morrer	Maio 2013	2.586
36	A Sexualidade	Maio 2013	2.578
37	Os Investimentos Públicos em Portugal	Outubro 2013	3.101
38	Parcerias Público-Privadas	Outubro 2013	3.617
39	Portugal e a Europa: os Números	Outubro 2013	2.957
40	Identidade cultural europeia	Dezembro 2013	6.489
41	Economia Paralela	Janeiro 2014	2.720
42	O Futuro da Floresta em Portugal	Janeiro 2014	2.896
43	Educação e Liberdade de Escolha	Janeiro 2014	2.876
44	Sons e Silêncio da Paisagem Sonora Portuguesa	Maio 2014	1.517
45	Migrações e Cidadania	Maio 2014	1.583
46	O Cancro	Maio 2014	3.328
47	Os Portugueses e o Mundo	Outubro 2014	1.761
48	Pseudociência	Outubro 2014	3.014
49	Sociedade Civil	Outubro 2014	1.751
		TOTAL	416.515

Anexo XVI

Vendas Acumuladas dos “Retratos da Fundação”, 2014

N.º	Título	Data de Lançamento	Total
1	Prematuros	Maio 2014	2.581
2	Portugal em Ruínas	Maio 2014	7.086
3	Longe do Mar	Maio 2014	2.730
4	Portugal de Perto	Outubro 2014	1.053
5	Terra Firme	Outubro 2014	1.097
6	Na Urgência	Outubro 2014	1.145
	Pack Retratos	Novembro 2014	408
		TOTAL	16.100



Anexo XVII

Revista XXI, Corpo Editorial

Editor

António Araújo

Director

António José Teixeira

Coordenador

João Morgado Fernandes

Conselho Editorial

Alexandre Quintanilha

António Mega Ferreira

Bárbara Coutinho

José Manuel Fernandes

Maria de Fátima Bonifácio

Mário Mesquita

Miguel Monjardino

Pedro Santos Guerreiro

Rosalia Vargas

Rui Vilar

Direcção de Arte

Jorge Silva

Anexo XVIII

Vendas Acumuladas da Revista XXI, 2011-2014

N.º	Título	Data de Lançamento	Total
1	Dias Inquietos	Novembro 2011	9.681
2	Adeus Liberdade. Viva a Liberdade	Novembro 2012	9.163
3	Os Caminhos da Europa	Novembro 2013	6.944
		TOTAL	25.788



The logo features a blue wavy line above the word "FUNDAÇÃO" in a blue, hand-drawn, uppercase font. Below it, the name "FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS" is written in a smaller, black, uppercase font.

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

www.ffms.pt

A Fundação Francisco Manuel dos Santos agradece a todos os meninos da Escola "O Parque", do Restelo, que participaram com os seus desenhos na elaboração deste relatório.

